

II - Diego Andrade da Costa, matrícula nº *****613;

III - Cecília Messias Vieira, matrícula nº *****327.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 134 de 23 de junho de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061761553

Portaria nº 169 de 05 de julho de 2025

Designa servidor para substituir o Coordenador de Pesquisas e Análises de Preços em suas ausências e impedimentos legais, ou representá-lo, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais no âmbito da Coordenação de Pesquisas e Análises de Preços – CPEAP;

CONSIDERANDO os eventuais afastamentos e impedimentos legais do titular da pasta;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **MILTON BUENO JÚNIOR**, matrícula nº *****104, lotado na Coordenação de Pesquisas e Análises de Preços – CPEAP/SUPEL, para substituir o Coordenador de Pesquisas e Análises de Preços, **EVERTON LOPES DE BRITO**, matrícula nº *****305, durante seus impedimentos eventuais ou afastamentos temporários, bem como para representá-lo sempre que necessário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0061929818

Portaria nº 172 de 07 de julho de 2025

Altera a Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 que Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria id. (0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 id. (0059486375), passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Agente de contratação:

a) Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483.

II - Equipe de Apoio:

a) Johnnescley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

b) Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;

c) Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º *****197; e

d) Ana Carolina Silveira Nobre, matrícula n.º *****615.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for **pregão eletrônico**, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Ficam designados como **pregoeiros substitutos** os servidores indicados no inciso II, alíneas a) e b), deste artigo, os quais desempenharão as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia **23 de abril de 2025**, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 0061977276

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

PROCESSO Nº: 0043.000496/2025-81

INTERESSADO(A): Jhônatha Diogo Siqueira Carriel

VALOR: R\$ 1.037,02 (um mil trinta e sete reais e dois centavos)

Submetemos a apreciação de vossa Senhoria o Processo nº 0043.000496/2025-81, em favor do servidor **Jhônatha Diogo Siqueira Carriel**, referente à prestação de contas de suprimento de fundos do mês de junho de 2025, devidamente comprovadas e auditadas, conforme o Parecer nº 115/2025/SUPEL-CI Id. (0061961990).

JÉSSICA DE AGUIAR REIS

Coordenadora Administrativa e Financeira/SUPEL

ACOLHO E DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas, determinando a Coordenadoria Administrativa e Financeira que proceda à baixa da responsabilidade do beneficiário **Jhônatha Diogo Siqueira Carriel** no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro de 2012.

Porto Velho, data e hora do sistema.

MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Protocolo 0062040704

Portaria nº 175 de 08 de julho de 2025

Revoga a Portaria nº 76, de 27 de setembro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Recebimento de Bens, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e pelo art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, em sua integralidade, a Portaria nº 76 de 27 de setembro de 2024, que institui e designa servidores para compor a Comissão Permanente de Recebimento de Bens, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 0062019426

Portaria nº 179 de 09 de julho de 2025

Altera a Portaria nº 55 de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 4ª Comissão Genérica, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO e revoga a Portaria nº 115 de 03 de junho de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Contratação de Obras, nomeada pela **Portaria nº. 172 de 07 de julho de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, modo de disputa **FECHADO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

CONCORRÊNCIA Nº.: 90207/2025/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0009.009341/2024-46/DER/RO

OBJETO: Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.

PROJETO/ATIVIDADE: 2106.1515 – **FONTE:** 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51.

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.933.101,65 (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos).

RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: até o dia 05 de novembro de 2025, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 05 de novembro de 2025, às 10h00m (horário oficial de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 925373

CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP: Não

RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Outras informações através do e-mail: coobr.supel@gmail.com, bem como presencialmente na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente Comissão de Obras/SUPEL/RO

CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025

OBJETO: Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.5 km.

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO

PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Contratação de Obras, nomeada pela **Portaria nº. 172 de 07 de julho de 2025**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, modo de disputa **FECHADO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia 05 de novembro de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras. Tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando **Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.5 km**, especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender o **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**.

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0009.009341/2024-46/DER/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

2.1. O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV www.gov.br/compras.

2.1.1. Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da SUPEL, bem como por meio do portal do COMPRASGOV, os licitantes poderão obter os projetos, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min, junto a Comissão de Contratação de Obras, situado a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243. Outras informações através do e-mail: coobr.supel@gmail.com.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados no orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**, no valor global de : **R\$ 4.933.101,65** (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos), sendo que a despesa correrá por conta da seguinte programação: : **R\$ 4.933.101,65** (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos), no **Projeto/Atividade: 2106.1515, Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103. Elemento de Despesa: 4.4.90.51** no decorrer do exercício, já consignado no Orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**, no exercício de 2025.

4. DO VALOR ESTIMADO

O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pela Obra, é: **R\$ 4.933.101,65** (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos), onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

5. DO OBJETO

5.1. Constitui objeto desta licitação a **Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.5 km**, conforme especificações constantes do Projeto Básico.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência

(www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- f) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- g) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Da participação de Consórcios:

6.4.1. Considerando a complexidade técnica envolvida na execução do reforço estrutural da ponte em concreto, entende-se como tecnicamente recomendável a permissão da participação de consórcios na presente licitação, tendo em vista que o escopo da contratação integrada, abrange a elaboração dos projetos e a execução da obra, exige capacitação técnica multidisciplinar e estrutura operacional robusta. A participação de consórcios possibilita a união de empresas com expertises complementares, como diagnóstico estrutural, elaboração de projetos de engenharia e execução de obras complexas, ampliando a capacidade técnica das proponentes e assegurando maior qualidade na entrega.

6.4.1.1. Além disso, a permissão para consórcios amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas que, individualmente, não atenderiam a todos os requisitos técnicos e econômicos e dilui riscos financeiros e operacionais entre as consorciadas, oferecendo maior solidez ao empreendimento.

6.4.1.2. Portanto, a permissão da participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e mitiga riscos de execução, devendo ser expressamente prevista no edital.

6.4.1.3. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.4.1.4. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

6.4.1.5. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.4.1.6. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.4.1.7. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.4.1.8. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

6.4.1.9. O consórcio deverá apresentar:

6.4.1.10. Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.4.1.11. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.

6.4.1.12. Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.

6.4.1.13. O prazo de duração do consórcio deverá coincidir, no mínimo, o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias.

6.4.1.14. O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.

6.4.1.15. O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.

6.4.1.16. A empresa vencedora fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".

6.4.1.17. O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;

6.4.1.18. O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.4.1.19. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6.4.1.20. A Empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

6.4.1.21. Não caberá limitação quanto a limitação do número máximo de participantes em consórcio.

6.4.2. A decisão administrativa de permitir a participação de empresas em consórcio fundamenta-se no exercício da discricionariedade, visando aprimorar a eficiência e ampliar a competitividade da licitação. Essa medida considera as características físicas e os requisitos técnicos do objeto licitado, de modo a possibilitar a formação de agrupamentos empresariais que atendam às exigências do certame sem restringir indevidamente a concorrência.

6.4.3. No que tange a justificativa da limitação da quantidade de empresas participantes, considere-se o julgado a seguir, do Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU 718/2011:

- 17. Se a lei autoriza até mesmo a vedação à participação de consórcios, também pode a administração permitir a sua participação condicionada a um número máximo de empresas em cada consórcio, aplicando-se ao caso o entendimento manifesto no brocardo jurídico 'quem pode o mais, pode o menos'. Este argumento encontra respaldo, inclusive, no Acórdão 1.297/2003-P: 'Assiste razão aos responsáveis, pois mesmo a Lei das Licitações, no caput do seu artigo 33, prevê que a Administração pode, até mesmo, não permitir a participação de consórcios. Em interpretação jurídica, quando vale o mais, vale o menos, ou seja, se é possível restringir o número de empresas contratadas para fazer o mesmo serviço a apenas uma (na hipótese de não se permitir consórcios), também é de se supor que a Administração, ao avaliar, segundo os critérios da oportunidade e conveniência, que não deve ser permitido um número maior que 2 empresas no consórcio licitante, tenha a liberdade de, justificadamente, estabelecer tal restrição.'

- 18. No caso concreto, justifica-se a restrição no número de empresas que poderiam formar consórcio para, em nome do interesse público, evitar um alto número de empresas consorciadas, o que tem levado a Infraero a ter dificuldade na fiscalização de contratos do qual participem um grande número de empresas em consórcio, comprometendo o ritmo de execução das obras e a qualidade da prestação dos serviços, tendo causado atraso no cronograma dos empreendimentos.

- 19. Além disso, permitir a participação ilimitada de empresas em um único consórcio pode produzir, ainda, outro efeito indesejado. Caso não haja nenhum controle quanto à quantidade máxima de consorciados, pode haver transgressão indireta da Lei, possibilitando, sob o pretexto

de ampliar a competição, que empresas absolutamente desprovidas de qualificação técnica saírem-se vencedoras do certame.

- 20. A participação de consórcios, portanto, não pode, sob o pretexto de ampliar a competitividade, ser interpretada de forma tão rigorosa, sob pena de se inviabilizar, indiretamente, a correta execução do objeto contratual (...).
- [...]
- 23. Entretanto, embora este último entendimento, como regra geral, seja válido, no caso específico da obra analisada, é perfeitamente aceitável a limitação do número de empresas consorciadas, em caráter excepcional, impedindo a pulverização de responsabilidades, visto que a obra em questão não é uma obra qualquer, sendo seu objeto de suma importância para o país (...). Assim sendo, não há margem para erros, não se podendo possibilitar atrasos na execução da obra por conta de problemas com as empresas contratadas.
- 24. Ante o exposto, considera-se procedente o pleito da Infraero, sendo aceitável, no caso concreto, que a estatal, ao avaliar, segundo os critérios da oportunidade e conveniência, que não deve ser permitido um número maior que três empresas no consórcio licitante, tenha a liberdade de, justificadamente, estabelecer tal restrição, em busca da realização do interesse público, tendo em vista que essa medida poderá facilitar a gestão e fiscalização da obra e reduzir o risco de atraso no cronograma do empreendimento, o que está de acordo com os princípios da eficácia e da eficiência

6.4.3.1. De forma similar ao caso analisado no Acórdão supracitado, a autorização para a formação de consórcios com um número ilimitado de empresas neste certame poderia gerar dificuldades semelhantes às apontadas, especialmente no risco de contratação de empresas sem qualificação técnica adequada.

6.4.3.2. Além disso, a limitação da quantidade de empresas por consórcio também tem como objetivo preservar a competitividade e atender ao interesse público. Caso não houvesse essa restrição, poderia ocorrer a formação de um único consórcio com um grande número de empresas, o que não necessariamente ampliaria a concorrência. Em contrapartida, ao estabelecer um limite de três empresas por consórcio, torna-se viável a participação de mais agrupamentos empresariais, aumentando efetivamente a competitividade do certame.

Ainda, a experiência deste Departamento demonstra que a ausência de limitação no número de empresas participantes de um consórcio pode resultar em retrabalhos significativos para o órgão durante a execução contratual, além de gerar insegurança jurídica nos contratos públicos. Isso ocorre porque consórcios compostos por um grande número de empresas tendem a se desconstituir ao longo da execução do contrato, exigindo que o órgão realize análises detalhadas das alterações solicitadas pelos consorciados, devendo haver a constatação do atendimento aos requisitos mínimos de qualificação técnica e financeira pelas empresas remanescentes, bem como a conformidade da nova composição do consórcio com a legislação vigente.

6.5. Da participação de empresas de cooperativas:

6.5.1. A participação de cooperativas será VEDADA, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade”.

6.5.2. Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do

contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

6.5.3. Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

"§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

6.5.4. Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que, devido à complexidade do objeto e aos serviços necessários para sua perfeita execução, é inviável a participação de cooperativas.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: coobr.supel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Contratação, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.

8.2. A decisão da Presidente quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.gov.br/compras, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial (www.rondonia.ro.gov.br/supel) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.5. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

9.1. A CONCORRÊNCIA será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

9.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

9.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

9.5. A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

9.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E TÉCNICA, E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, as propostas de preço e técnica e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.

10.2. Os envios das propostas de preço e técnica e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.3. Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica, de preços e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de abertura da sessão pública.

10.7. Os documentos que compõem as propostas de preço e técnica do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.

10.8. Os documentos complementares às propostas, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases no prazo definido pela Comissão de Contratação, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Contratação, via sistema.

10.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.14. O licitante poderá sofrer sanções caso não apresente a documentação exigida para o certame, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obrigatoriamente a Proposta Técnica e a Proposta de Preço, que permanecerão em sigilo até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme abaixo:

11.1.1 - Proposta Técnica a ser inserida no sistema e composta dos documentos técnicos exigidos, conforme **ITEM 19 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**.

11.1.2 - A Proposta de Preços a ser apresentada, deverá estar em conformidade com **ITEM 18 DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**:

11.1.2.1 - A proposta comercial, com valores monetários em reais, deverá respeitar as especificações constantes **DO PROJETO BÁSICO - ANEXO I deste Edital**;

11.1.2.2 - A proposta somente poderá conter duas casas decimais e será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.

11.1.2.3 - Não será aceita proposta de preço com valor superior ao máximo admitido para a licitação.

11.1.2.4 - Verificada proposta de preço com valor superior ao máximo fixado no **item 4 deste Edital**, a mesma será **DECLASSIFICADA**.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

11.6. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

12.1. DA PROPOSTA TÉCNICA: Deverá ser apresentada a Proposta Técnica, numerada, assinada por quem de direito, em uma única via, digitada em papel que identifique o licitante, em linguagem clara e objetiva, sem erros e rasuras ou entrelinhas e sua elaboração deverá ser apresentada podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4. Deverão ser objetivas e consistentes, limitando-se, cada um, em 40 páginas e conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido no Termo de Referência (critério pontuação proposta técnica) com a seguinte disposição:

12.1.1. Índice, contendo o título de cada capítulo e o número da respectiva página;

12.1.2. Apresentação da Proposta, com o nome da empresa, o objeto da proposta, o número do edital e outras informações relevantes para a apresentação da Proposta Técnica.

12.1.3. Corpo da Proposta, onde deverão ser expostos:

12.1.4. Conhecimento do Problema: Deverá ser demonstrado o conhecimento, por parte da licitante, do (s) trecho(s) e da(s) região(ões) onde está(ão) inserido(s), abordando os aspectos inter-relacionados entre ambos, além de análise das soluções técnicas previstas.

12.1.5. Plano de Trabalho: Deverá ser demonstrado conhecimento dos objetivos do Termo de Referência, dos dados existentes e do conhecimento do problema, expostos de forma resumida, analisando-se os aspectos executivos relevantes a serem considerados.

12.1.6. Capacidade Técnica da Proponente: Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA e/ou CAU, de modo a comprovar a execução dos serviços especificados para a presente contratação.

12.1.7. Capacidade da Equipe Técnica: Experiência profissional nas funções definidas adiante, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

12.2. Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas ao Anteprojeto da Administração.

12.3. Caso seja apresentado projeto com solução ou metodologia diversa do Anteprojeto de engenharia, no intuito de entregar produto com melhor desempenho e eficiência benéfica da execução, a contratada deverá apresentar um estudo de vantagem técnica, com base nos seguintes parâmetros técnicos:

- a) Durabilidade da obra comprovadamente igual ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- b) Características geométricas, de segurança e conforto equivalente ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- c) Grau de Interferências no tráfego durante a execução das obras equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- d) Grau de Interferências ambientais equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- e) Grau de interferência de áreas atingidas e necessidade de desapropriações não previstas no anteprojeto.
- f) Grau de Interferências na vizinhança (acessos a propriedades, ruídos, poeira, travessias entre outros) equivalente ou menor que as interferências pela solução técnica do anteprojeto.
- g) Grau de manutenção da solução proposta.

12.4. Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

12.5. A apresentação do projeto básico e a verificação da compatibilização com o anteprojeto do certame não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como pelas etapas subsequentes.

12.6. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos.

12.7. A empresa, ao final da obra, deve apresentar a fiscalização do DER o projeto “*as built*”.

12.8. Os subcritérios de aceitabilidade estão contidos no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Licitação.

12.9. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO

O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e da Proposta de Preços, observando a seguinte fórmula:

a) $NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$

b) NF = Nota final da proposta.

c) PTF = Pontuação técnica final.

d) NPF = Nota de preço final.

e) Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891/77, da ABNT.

f) A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

g) Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados

12.10. CRITÉRIOS PARA PROPOSTA DE PREÇO

Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a IN SEGES/MGI, de 02 de fevereiro de 2023, do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

I - Procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

- a) $NPF = 100 \times (X1 / X2)$
- b) NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;
- c) X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e
- d) X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

12.11 CRITÉRIOS PARA PROPOSTA TÉCNICA

A análise da pontuação técnica deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Habilitação Técnica será avaliada através dos itens que demonstrem a capacidade da licitante em desenvolver os serviços objeto do Edital (Conhecimento dos Serviços a Realizar e Plano de Trabalho), os quais serão pontuados segundo os critérios de pontuação definidos nas seções a seguir.

Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, e deverão estar padronizados de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT. 15.20.4.

A pontuação a ser atribuída aos Licitantes obedecerá aos critérios abaixo estabelecidos, onde as notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos (duas decimais), de acordo com os critérios da NBR-5891, ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

Pontuação Da Proposta Técnica

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA		
REQUISITOS		NOTA MÁXIMA (PONTOS)
1.0	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	10
1.1	Aspectos gerais da estrutura existente e da região	4
1.2	Aspectos hidrológicos e de drenagem	2
1.3	Aspectos geotécnicos e de pavimentação	2
1.4	Aspectos Ambientais	2
2.0	PLANO DE TRABALHO	10
2.1	Metodologia	2,5
2.2	Cronograma para execução dos serviços	2,5
2.3	Utilização da equipe por serviço	2,5
2.4	Organização para execução dos serviços	2,5
3.0	CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	40

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

3.1	Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais	6
3.2	Elaboração de Projetos Executivos Geométricos	14
3.3	Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais	6
3.4	Execução de Projetos Geométricos	14
4.0	CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA	30
4.1	Engenheiro Coordenador Geral	7,5
4.2	Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	7,5
4.3	Engenheiro/Projetista de Projeto Geométrico	7,5
4.4	Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	7,5
5.0	DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES	10
TOTAL MÁXIMO		100

12.12. CONHECIMENTO DO PROBLEMA - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:

12.12.1. Com pontuação máxima de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, de acordo com Quadro 01 (Pontuação da Proposta Técnica).

12.12.2. As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

1. Aspectos gerais da estrutura existente e da região;
2. Aspectos hidrológicos e de drenagem;
3. Aspectos geotécnicos e de pavimentação;
4. Aspectos Ambientais.

12.12.3. NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO: O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. (**Zero pontos**).

12.12.4. INSUFICIENTE: Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado (**2 Pontos**).

12.12.5. REGULAR: Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**5 Pontos**).

12.12.6. BOM: Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**8 Pontos**).

12.12.7. SATISFATÓRIO/ EXCELENTE: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**10 Pontos**).

12.13. PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:

12.13.1. Com pontuação máximo de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme critério abaixo, de acordo com Quadro 01(Critério Pontuação da Proposta Técnica).

12.13.2. As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

1. Metodologia;
2. Cronograma para execução dos serviços;
3. Utilização da equipe por serviço;
4. Organização para execução dos serviços.

12.13.3. NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO: O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas (**Zero**).

12.13.4. INSUFICIENTE: Texto e informações incompletas; tópicos do problema/ objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado. (**2 Pontos**).

12.13.5. REGULAR: Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**5 Pontos**).

12.13.6. BOM: Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**8 Pontos**).

12.13.7. SATISFATÓRIO/ EXCELENTE: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**10 Pontos**).

12.14. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE - VALOR MÁXIMO = 40,00 PONTOS:

12.14.1. No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo **40 (quarenta) pontos**, conforme Quadro 01, às empresas que comprovarem sua experiência através de certidões e/ou atestados a efetiva participação da empresa e/ou de seus responsáveis técnicos na elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Obra de Arte Especial compatíveis com objeto da licitação, semelhante ao objeto deste Termo de Referência, executados para órgãos públicos, devidamente certificados pelo conselho profissional competente, obtida pela soma de pontos de acordo com os seguintes critérios abaixo:

12.14.2. Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

12.14.3. Elaboração de Projetos Executivos Geométricos: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

12.14.4. Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

12.14.5. Execução de Projetos Geométricos: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

12.14.6. Os atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos itens de projeto como nos itens de construção. A saber, os atestados a serem considerados devem possuir compatibilidade com o objeto na seguinte proporção:

1. Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a elaboração de projetos executivos de OAE de área igual ou maior que 135 m².
2. Elaboração de Projetos Executivos Geométricos: Atestado referente a elaboração de projetos executivos geométricos de área igual ou maior que 135 m².
3. Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a construção de OAE de área igual ou maior que 135 m².
4. Execução de Projetos Geométricos: Atestado referente a execução de Projetos Geométricos de área igual ou maior que 135 m².

13. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE EQUIPE TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS:

13.1. Com pontuação máxima **30 (trinta) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à Licitante, conforme tabela a seguir, de acordo com os atestados constantes nos currículos dos profissionais de nível superior (porte e complexidade dos trabalhos, formação profissional, e tempo de exercício profissional).

13.2. Os currículos de cada membro da Equipe Técnica devem conter no máximo 05 (cinco) Atestados/Certidões de Acervo Técnico, que comprovem sua responsabilidade técnica na elaboração de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, além de serem compatíveis com a função que desempenharão na equipe. Os atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos requisitos de projeto como nos requisitos de construção. Será indispensável a inclusão de profissionais com experiência, nas seguintes funções e áreas de especialização:

13.3. Pontuação da equipe técnica por atestado/certidão

PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA POR ATESTADO/CERTIDÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL	Pontos por atestado	Pontuação Máxima
Engenheiro Coordenador Geral	1,5	7,5
Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista de Projeto Geométrico	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	1,5	7,5

13.4. Apresentar somente o número de atestados exigidos e suficientes para a comprovação e destacar/grifar os itens que comprovarão as exigências.

13.5. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederam ao número solicitado serão desconsiderados.

13.6. A EQUIPE TÉCNICA compreende também a apresentação da relação nominal dos profissionais de nível superior e médio a serem alocados aos trabalhos, com seus respectivos currículos e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe e que não serão pontuados.

14. ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 10 PONTOS:

14.1. Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei n. 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

14.2. A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

14.3. Será considerado o valor acumulado dos serviços de engenharia referentes à elaboração de projetos já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação. A pontuação a ser adotada para a proposta técnica, terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Atribuição de Notas por desempenho em contratações anteriores

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos (Tipo A)
> R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	5,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	3,00
< R\$250.000,00	0,00

14.4. Serão considerados os serviços apresentados referente a supervisão de obras e serviços de engenharia, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

14.5. Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra cadastrada no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0 (zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei n. 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei n. 8.666/1992).

15. RESULTADO FINAL DA PONTUAÇÃO

O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$$

NF = Nota final da proposta.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

Quando do julgamento das propostas, será designada a banca avaliadora nomeada através de portaria, para avaliação das pontuações em conformidade com o artigo 37 da lei n. 14.133/21.

16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO VII**) a seguir informada:

16.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.2.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

16.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

16.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

16.2.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

16.2.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023;

16.2.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022

16.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

16.2.10. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO XIII** e **ANEXO XIV**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho

16.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

16.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

16.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

16.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

16.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

16.3.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

16.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

16.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

16.4.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

16.4.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.4.3. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

16.4.3.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);

16.4.3.2. A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 493.310,16** (quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e dez reais, dezesseis centavos).

16.4.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

16.4.4.1. Capital Social, de no mínimo **R\$ 493.310,16** (quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e dez reais, dezesseis centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

16.4.5. É facultada a Comissão de Contratação usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21

16.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.5.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos II, da Lei n. 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

16.5.2. A nova lei de licitações n. 14.133/21, determina no Art. 67. a documentação relativa à qualificação técnico-profissional:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita **às parcelas de maior relevância** ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados."

15.5.3. Portanto, as empresas participantes da Concorrência deverão apresentar:

I- Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa a ser contratada e registro dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

II- Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa a ser contratada em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme Art. 67, II da Lei Federal n. 14.133/21;

III- O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

IV- A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância nos serviços compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

V- Durante todo o período dos serviços, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

VI- Declaração de que empresa a ser contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

VII- Capacidade Profissional - empresa a ser contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados permanentemente à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto.

VIII- Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela empresa a ser contratada de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme Declaração de disponibilidade de equipamentos (0057565928). Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria *in loco* pelo DER/RO, sempre que necessário.

IX- Atestados de Capacidade Técnica comprovando Capacidade Operacional - tais atestados deverão ser apresentados de acordo com o § 1º do Art. 67 da Lei n. 14.133/21 o qual dispõe que:

"§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação."

a) Portanto, a empresa a ser contratada (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, sendo consideradas as atividades que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, a seguir relacionados na Tabela:

ITEM	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Estrutura em chapa de aço ASTM A36 corte, solda e montagem -fornecimento e instalação	DER-RO	Serviço	kg	27.380,83
2	Projeto Executivo		Não cadastrado	m²	135,00
3	CONCRETAGEM DE CORTINA DE CONTENÇÃO, ATRAVÉS DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_11/2024	SINAPI	Serviço	m³	102,09
4	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 2.000 a 2.500 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	SICRO NOVO	Serviço	m³	10.653,50

5	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	SICRO NOVO	Serviço	m³	15.576,41
6	Estaca trilho TR 68 - fornecimento e cravação	SICRO NOVO	Serviço	m	198,55

15.5.4. Para determinação do vínculo profissional deverá ser apresentado:

15.5.4.1. Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS em que conste o nome do profissional, ou Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

15.5.4.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa a ser contratada, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

15.5.5. A empresa a ser contratada deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

15.5.6. A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Estes atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

15.5.7. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

15.5.8. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverá ser juntada à documentação:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
- Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
- Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

15.5.9. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das empresas a serem contratadas

15.5.10. Conforme estabelecido no Art. 67, § 10 da Lei 14.133/21, em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de

sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

15.5.11. Na hipótese da ocorrência do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

16. DA VISITA TÉCNICA

16.1. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução do serviço, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, conforme modelo de Declaração de conhecimento do local dos serviços, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

16.2. A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita apenas se apresentar declaração formal, conforme modelo de Declaração de não realização da visita, assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

16.3. A empresa interessada deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

16.4. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 62 da Lei Federal n. 14.133/21.

16.5. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

15.6. Quaisquer informações em relação à visita poderão ser obtidas junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

15.7. Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do *E-mail*: cppoo@der.ro.gov.br – Edifício Rio Jamary - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

15.8. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação a declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do

serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

15.9. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

15.10. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita.

16. DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE JULGAMENTO

16.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

16.2. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

16.3. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

16.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

16.6. Será adotado o modo de disputa **FECHADO**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

16.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

16.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente o que for maior.

16.9. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do ITEM 22.1 DESTE EDITAL.

16.10. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 16.9 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

16.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

16.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Presidente Substituto da Comissão persistir por tempo superior a 00:10 (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24:00 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

16.13. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I- SICAF; e
II- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

16.13.1. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante

16.13.2. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

16.13.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

I- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

II- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

III- Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação

16.13.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16.13.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

16.13.6. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

16.13.7. Serão desclassificadas as propostas que:

I- contiverem vícios insanáveis;

II- não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III- apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V- apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.13.8. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

razões de eventuais desclassificações.

16.13.9. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o item 18 CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO do Edital.

16.13.10. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

17. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. Encerrada a etapa de avaliação das propostas técnicas, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

17.2. Havendo indícios de inexecuibilidade, somente será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

17.2.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

17.2.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.3. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

I- Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

II- No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

III- No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução

IV- Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

17.4- Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

I- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24:00 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

II- A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00 (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

III- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

IV- Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

17.5- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

I- Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

II- Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

III- Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

IV- Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

V- Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

17.6- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

I- O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

II- Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

17.7- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

17.8- Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro:

18. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA PROPOSTA DE PREÇO

18.1. Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a IN SEGES/MGI, de 02 de fevereiro de 2023, do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

18.1.1. "I - Procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada."

19. RESULTADO FINAL DA PONTUAÇÃO

19.1. O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$$

NF = Nota final da proposta.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

19.2. Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

19.3. A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

19.4. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

19.5. Encerrados os prazos estabelecidos no ITEM 16 deste EDITAL, o sistema ordenará e divulgará

as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

19.6. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015

- I.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- II.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- III.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- IV.** No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate

19.7. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm". 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I-** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- II-** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III -** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV-** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- V-** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- VI-** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- VII-** Empresas brasileiras;
- VIII-** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

IX- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da • Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

19.8. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

19.9. Subsidiariamente a utilização do subitem 19.7 caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível); inciso I do subitem 19.17

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

19.10. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

I- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

II- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

19.11. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

19.12. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

19.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

19.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do

procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

19.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

19.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

19.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

19.18. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

19.19. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

20. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

20.1. Para julgamento, será adotado o critério de **TÉCNICA E PREÇO**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

20.2. A Comissão de Contratação anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

20.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Contratação poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

20.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

20.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

20.6. Serão rejeitadas as propostas que:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

- a) Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão da Comissão de Contratação.
- c) Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

20.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

20.8. Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

20.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou idoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

21. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

21.1. Deverá o licitante atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, **mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação**, a fim de evitar jogo de planilhas.

21.2. Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

21.3. A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

21.3.1. Carta endereçada à Comissão de Contratação de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (**ANEXO IV**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

I- Preço global em valor numérico e por extenso;

II- Prazo de execução dos serviços;

III- Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa) dias**.

IV- A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, o **Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

21.4. Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;
- c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Contratação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;
- e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**

e.1) Todas as composições unitárias de custos de todos os itens;

e.2) Todos as CPU, deverão ser idênticos ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;

e.3) Composição do BDI: O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pelo DER/RO, que no caso em tela é de **45,07% (quarenta e cinco vírgula sete por cento)** para CONSULTORIA, **29,55% (vinte e nove vírgula cinquenta e cinco por cento)** para CONSTRUÇÃO e **31,79% (trinta e um vírgula setenta e nove por cento)** para OAE, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. (ANEXO IX ou a critério da licitante).

21.4.1. A exigências contidas na alínea “e.2” deste item não constitui objeto de **DESCCLASSIFICAÇÃO** de proposta. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.

21.4.2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO contendo: distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulado mensal e acumulado geral.

21.4.3. Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) (ANEXO XI ou a critério da licitante).;

21.5. Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante.

22. DO RECURSO

22.1. A Comissão de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 00:10 (dez minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer,

de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

22.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Comissão de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

22.3. Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

22.4. Nesse momento a Comissão de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.5. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

22.6. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

22.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

24. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

24.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

24.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

24.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

24.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

25. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

25.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, que se dará por meio de correspondência eletrônica e-mail, com confirmação do recebimento, para

providenciar o cadastramento no sistema SEI, e assinar digitalmente o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

25.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

25.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item “20.1”, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

25.4. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

26. DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1. Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

26.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia (ANEXO VI);
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil (ANEXO V).
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

26.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração

26.4. Quando optar por modalidade de Seguro-garantia, o prazo mínimo é fixado em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme previsto no art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/21.

27. DOS PRAZOS

27.1. O prazo previsto para execução total dos serviços será de **270 (duzentos e setenta) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pelo DER-RO, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

27.2. O prazo de vigência do contrato se estenderá por mais **135 (cento e trinta e cinco) dias**, além do prazo de execução, totalizando **405 (quatrocentos e cinco)**, contados a partir da data de assinatura do

contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

27.3. A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do **prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos**, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se á como expedida no último dia do mesmo prazo.

27.4. Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que prever a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

27.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

27.5. Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

27.7. Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõe o objeto contratual deste instrumento. Portanto, serão expedidas ordens de serviços diferentes para os serviços de elaboração de projetos e para o serviço de execução da obra.

27.8. As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

27.9. Para a elaboração dos projetos básico e executivo

27.9.1. Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;

27.9.2. A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários do projeto, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção do projeto, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.

27.9.3. O prazo para elaboração dos projetos básico e executivo será de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da emissão ordem de serviço;

27.9.4. O prazo para análise dos projetos realizada pela contratante será de 20 (vinte) dias úteis a partir do recebimento de cada relatório emitido pela contratada.

27.9.5. O prazo para correção dos projetos básico e executivo realizada pela contratada será de 15 (quinze) dias corridos a partir da análise dos projetos realizada pela contratante.

27.9.6. O prazo para reanálise dos projetos básico e executivo realizada pela contratante será de 10 (dias) úteis a partir da entrega da versão corrigida dos projetos em questão pela contratada.

27.10. Para a execução da obra

27.10.1. Prazo de início: a execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a execução da obra emitida pelo DER-RO;

27.10.2. O prazo para execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço para a execução da obra, devendo a contratada submeter à aprovação do DER/RO a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

27.10.3. Para a execução da obra, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos devidamente aprovados por este DER-RO, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.

27.10.4. A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1. São obrigações da contratada além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

“Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

28.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

28.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

28.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

28.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

28.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Projeto Básico de Licitação e Anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

28.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

28.8. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

28.9. Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

28.10. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

28.11. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

28.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

28.13. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

28.14. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

28.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

28.16. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008;

28.17. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

28.18. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

28.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, Sempre que solicitado pela Administração, no prazo 20 (vinte) dias consecutivos, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

28.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

28.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021;

28.22. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

28.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

28.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

28.25. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

28.26. Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de sua notificação para essas finalidades;

28.27. De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

28.28. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Projeto Básico de Licitação, em plena validade.

29. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

29.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/2021.

“CAPÍTULO IV - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extinguí-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”.

29.2. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

29.3. Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto desta licitação.

29.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

29.5. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

29.6. A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

29.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

29.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

29.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

29.10. Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

29.11. Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

29.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

30. DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1. A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei n. 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

30.2. A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

30.3. É vedada a subcontratação total;

30.4. É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

30.5. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.

30.6. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

30.7. Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

30.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

30.9. Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

30.10. Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

30.11. Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

30.12. O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, **limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado**, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

30.13. Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU -Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei n. 14.133/2021).

30.14. Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

30.15. A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto n. 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

30.16. Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25:

- I. Elaboração de projeto (podendo ser subcontratados os itens referentes a ensaios, estudos técnicos e projetos);
- II. Drenagem Superficial;
- III. Encabeçamentos;
- IV. Sinalizações;
- V. Obras Complementares.

31. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

31.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

31.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

31.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

31.4. Preposto

31.4.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

31.4.2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

31.4.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

31.5. Fiscalização

31.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

31.6. Do Gestor do Contrato

31.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

31.6.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

31.7. Da Fiscalização de contrato/Da Fiscalização Administrativa

31.7.1. A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, obedecerá às obrigações descritas Art. 21 e 22 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

31.8. Da Fiscalização Técnica

31.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

31.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

31.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

31.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

31.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

31.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

31.8.7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

31.8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

31.8.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

31.9. Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais

31.9.1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas neste Projeto Básico de Licitação, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

31.9.2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

31.9.3. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.

31.9.4. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

32. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

32.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/ SERVIÇOS:

32.1.1. Serão realizados os recebimentos provisórios tanto dos projetos quanto da execução da obra;

32.1.2. Quando os serviços/obras contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante;

32.1.3. O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

32.1.4. O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

32.1.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

32.1.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

32.1.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

32.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

32.1.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a emissão do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

32.1.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

32.1.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

32.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS:

32.2.1. Serão realizados os recebimentos definitivos tanto dos projetos quanto da execução da obra;

32.2.2. O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

32.2.2.1. A aceitabilidade da obra/serviços deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta elaboração e execução do projeto de engenharia aprovado, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento as normas e especificações vigentes.

32.2.2.2. O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

32.2.2.3. Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

32.2.2.4. Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços/obras prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviços/obras nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.
- i) A Contratada deverá entregar a serviços/obras em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega da obra, consignando-se os motivos.

32.2.2.5. Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

32.2.2.6. O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à correção de eventuais falhas decorrentes de execuções incorretas;

32.2.2.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na fase de recebimento;

32.2.2.8. As aprovações dos projetos, bem como da obra, serão realizadas dentro do prazo estabelecido, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

32.2.2.9. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado aos serviços/obras entregues e não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 2002);

32.2.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sempre juízo da aplicação de penalidades.

32.2.2.11. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

32.2.2.12. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

33. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

33.1. Em consonância com o Art. 190 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, o pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

33.1.2. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, em conformidade com a Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

33.1.3. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

33.1.4. A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

33.1.5. Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços e emitido o atestado de conformidade. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

33.1.6. Será observado o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

33.1.7. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

33.1.8. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

33.1.9. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

33.1.10. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

33.1.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = $(TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

33.1.12. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

33.1.13. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

33.1.14. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

33.1.15. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

33.1.16. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

33.1.17. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos neste Projeto Básico de Licitação e no respectivo cronograma.

33.1.18. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

33.1.19. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

33.1.20. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

33.1.21. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

33.2. Os serviços/obras serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação pela fiscalização.

33.2.1. As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

33.2.2. As medições serão feitas mensalmente, e em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

33.2.3. O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

33.2.4. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

33.2.5. Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

33.2.6. Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

33.2.7. Em ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.

33.2.8. Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

33.2.9. As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de Cujubim.

33.2.10. As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

33.2.11. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

33.2.12. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras/serviços, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

33.2.13. Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

33.2.14. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente ao serviço de projetos, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

- I. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) Nº.....;
- II. Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado.

33.2.15. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente à obra, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

- I. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- II. Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- III. Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
- IV. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
- V. Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;
- VI. Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL;
- VII. O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.

33.2.16. A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN (ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

34. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21.

34.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

34.3. De acordo com o Artigo 156 da Lei n. 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

34.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei n. 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

34.5. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

34.6. Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

34.7. A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Projeto Básico de Licitação e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

34.8. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

34.9. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

34.10. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

34.11. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

34.12. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

34.13. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

34.14. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens deste Projeto Básico de Licitação e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

() Incide sobre a parte inadimplida.*

34.15. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

34.16. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

34.17. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

34.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

34.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

34.20. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

34.21. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

34.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

34.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

34.24. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

34.25. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

34.26. As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerão na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

34.27. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

34.28. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 35.2., a mesma deverá ser precedida de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

35. DO REAJUSTAMENTO

35.1. Em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- III. Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- IV. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

35.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

35.3. Os aditamentos contratuais somente serão concedidos quando em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021 e nos casos em que o valor acumulado das alterações superar o percentual de 4% (quatro por cento) do valor originalmente contratado. Alterações cujos montantes sejam inferiores a esse limite serão absorvidas pela contratada, considerando-se que tais variações não representam impacto significativo à execução do objeto contratado. Essa medida visa garantir a previsibilidade financeira da contratação, estimular a eficiência na gestão dos recursos e evitar ajustes contratuais de pequeno valor que possam comprometer a celeridade e a economicidade do processo.

35.4. A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **SICRO – Mês base abril/2025** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

35.5. Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

35.6. O reajustamento dos serviços deve ser realizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024 e suas alterações, bem como de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

35.7. Quando o reajustamento for solicitado pela contratada, este deve demonstrar o período sobre o qual está solicitando o reajuste e os respectivos cálculos devidos a esta solicitação.

35.8. Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:

35.9. Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

35.10. O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

Fórmula de Reajustamento:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

35.11. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

35.12. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

35.13. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

35.14. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

35.16. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

35.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

35.18. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

35.19. Justifica-se a sua adoção atendendo aos princípios públicos da equidade e do equilíbrio econômico-financeiro frente a condições imprevisíveis e/ou mudanças no cenário econômico que inviabilizem a execução total do objeto.

35.20. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n. 28.874/2024).

35.21. Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a

variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

- I. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:
- II. requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;
- III. análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;
- IV. documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;
- V. autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

35.22. Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constantes no art. 152, com os seguintes documentos:

- I. planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,
- II. planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

35.23. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

35.24. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

35.25. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

35.26. Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

35.27. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

35.28. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

36. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

36.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

- As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

d.1) Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

36.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

36.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

37. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

37.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

- a) Descumprir as condições do contrato;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão.

38. DISPOSIÇÕES GERAIS

38.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF

38.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

- 38.3.** Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.
- 38.4.** Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.
- 38.5.** É facultado a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 38.6.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 38.7.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 38.8.** Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 38.9.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.
- 38.10.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 38.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 38.12.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.
- 38.13.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 38.14.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 38.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 38.16.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.
- 38.17.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

38.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

38.19. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

39 ANEXOS

39.1 Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

ANEXOS	
ANEXO I	PROJETO BÁSICO
ANEXO II	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO III	CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO
ANEXO IV	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)
ANEXO V	CARTA FIANÇA (MODELO)
ANEXO VI	SEGURO GARANTIA (MODELO)
ANEXO VII	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).
ANEXO VIII	RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO).
ANEXO IX	COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).
ANEXO X	COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).
ANEXO XI	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS. (MODELO)
ANEXO XII	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XIII	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
ANEXO XIV	DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO
ANEXO XV	MATRIZ DE RISCOS

Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente Comissão de Obras/SUPEL/RO

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Gerência de Licitação - DER-GEL

PROJETO BÁSICO

IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras - DER/RO.

DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Projeto Básico fora elaborado com base na Solicitação de Compra - Contratação de Serviços (0058726384) e Estudo Técnico Preliminar 54 (0062452105) devidamente aprovado pelo autoridade competente através da Certidão 51 (0062281212), nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios licitatórios.

DO OBJETO E elementos característicos

DO OBJETO: Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.	UND	01

Das informações essenciais:

Rodovia: RO-205

Trecho: km 11,20, entre o município de Cujubim e RO-133.

Extensão: 30,00 m

Largura: 9,00 m

Localização: [Google Maps](#)

Município: Cujubim

Coordenadas: 9°22'25.63"S 62°30'18.27"W

SRE: 205ERO0035 - Decreto Nº 27.282, DE 29 DE JUNHO DE 2022. ([0028658617](#))

Modalidade: Concorrência.

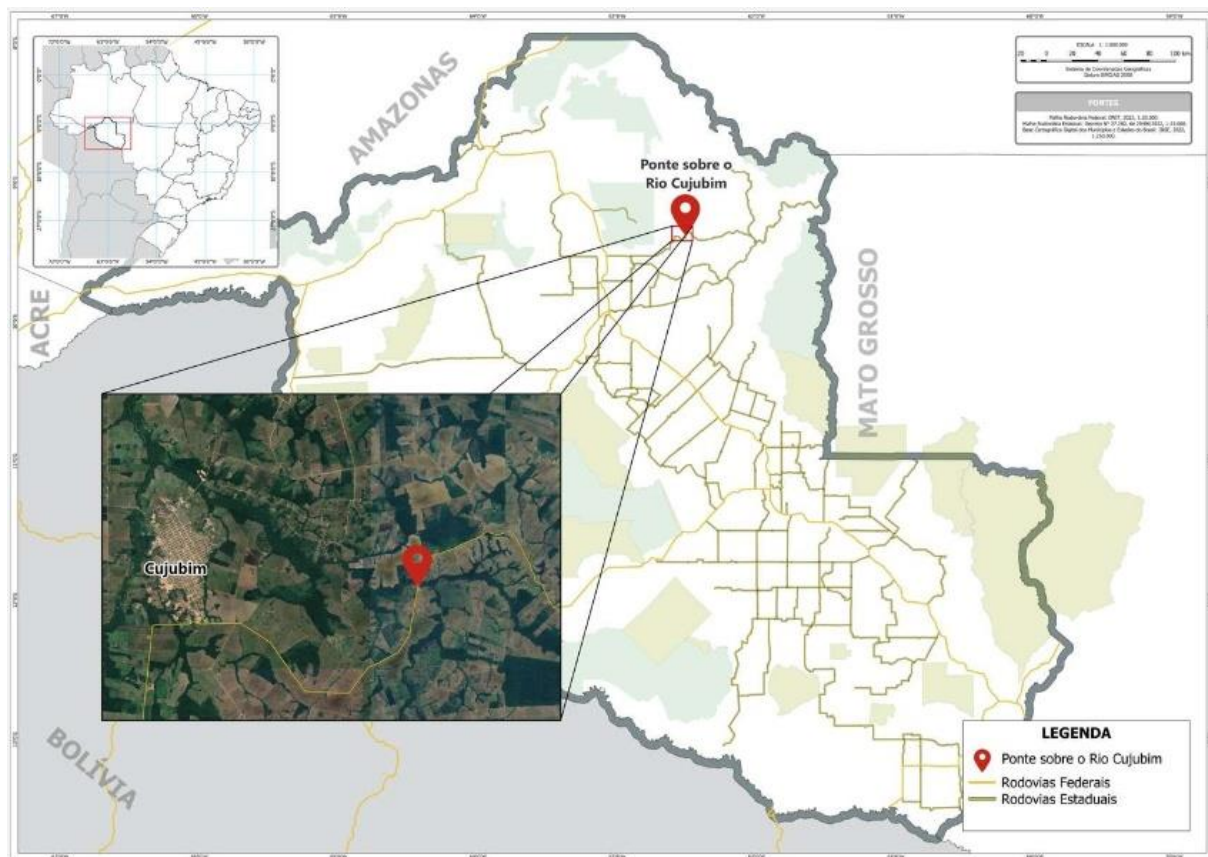
Critério de julgamento: Técnica e Preço.

Regime de Contratação: Contratação Integrada.

Crítérios de Medição: O serviço deverá ser executado conforme Especificação Técnica de serviço e Instruções presentes na Nota Técnica 15 ([0053799666](#)), a medição será dada de acordo com o disposto no Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#)).

A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização



Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas em todas as peças técnicas contidas no **Anteprojeto de Engenharia** disponibilizado pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes.

Os serviços relacionados a **Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO** compreendem as seguintes atividades:

Serviços Preliminares;

Proteção do encabeçamento;

Infraestrutura;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

Mesoestrutura;

Superestrutura;

Acabamento;

Terraplenagem;

Pavimentação;

Drenagem;

Sinalização;

Obras complementares;

Controle e recuperação ambiental.

As práticas de execução deverão obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER/RO, as prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no Edital.

O anteprojeto de Engenharia a ser considerado está presente nos documentos Anteprojeto da Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)).

Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos ([0061643184](#)) e Nota Técnica 5 ([0057731401](#)), enquanto os serviços de construção (execução) do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), na Nota Técnica 5 ([0057731401](#)) e nas peças técnicas (projetos) referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

Fora elaborado por este DER-RO, o anteprojeto relativo ao objeto, os quais serão divulgados com o edital da licitação, a serem considerados:

Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Memorial Descritivo - OAE ([0057774437](#)), Memória de Quantitativos - OAE ([0057780228](#)), Adendo - Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Memorial Descritivo - Terraplanagem ([0057737300](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Memorial Descritivo - Drenagem ([0057737362](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Memorial Descritivo - Sinalização ([0057737413](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Memorial Descritivo - Obras Complementares ([0057737562](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)), Adendo Relação de Pessoal ([0062116140](#)), Adendo Cronograma Perman. ([0062116335](#)), Adendo BDI OAE ([0062117064](#)), Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#)), Adendo Administração ponte ([0062120253](#)), Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#)), Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#)), Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#)), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#)), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#)), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)), Adendo Índice de reajustamento ([0062142549](#)), Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)), Estudo Hidrológico

([0057972050](#)), Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico ([0057972527](#)), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico ([0057972952](#)) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica ([0057973200](#)).

Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes neste processo e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto são previstas no Edital.

Será adotado o **modo de disputa FECHADO**, nos termos do art. 56, inciso II, da Lei n. 14.133/2021. Tal escolha justifica-se pela necessidade de preservar a estratégia de formação de preços das licitantes, evitando exposição que possa comprometer a competitividade e a obtenção de propostas tecnicamente mais qualificadas e financeiramente equilibradas. Trata-se de procedimento mais adequado para contratações com julgamento por técnica e preço, em que o preço não deve ser o único fator determinante, mas sim o conjunto da proposta que atenda integralmente às exigências do edital e às soluções técnicas necessárias à plena execução do objeto. Ademais, o § 2º do Art. 56 infere que:

“§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.”

Regime de Execução: O regime de execução adotado será por CONTRATAÇÃO INTEGRADA, por PREÇO GLOBAL.

Estimativas das quantidades

O orçamento completo atualizado desta obra, contendo os respectivos quantitativos, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte estão inserido neste processo. Os preços unitários atualizados foram os praticados pelo Sistema de Custos Rodoviários NOVO SICRO – Mês base **Abril/2025** - Rondônia e constam na Anotação de Responsabilidade Técnica Orçamento - Hívinna ([0062116034](#)), Adendo Relação de Pessoal ([0062116140](#)), Adendo Cronograma Perman. ([0062116335](#)), Adendo BDI OAE ([0062117064](#)), Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#)), Adendo BDI Consultoria ([0062118555](#)), Adendo Administração ponte ([0062120253](#)), Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#)), Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#)), Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#)), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#)), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#)), Anotação de Responsabilidade Técnica - Atualização de orçamento ([0062121856](#)), Declaração Orçamento ([0062121946](#)), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)) e Adendo Índice de reajustamento ([0062142549](#)).

Os quantitativos de projeto são inerentes aos levantamentos e dimensionamentos realizados pelos projetistas e que estão dispostos nos devidos anteprojetos e formalizados através das devidas Anotações de Responsabilidade Técnica.

DA NATUREZA DO OBJETO

Conforme o Estudo Técnico Preliminar 54, o objeto trata-se da **Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133**. Segundo o art. 6º da Lei n. 14.133, de 2021:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

XI- serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;"

Considerando que o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União infere a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que:

"Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente.

(...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado."

Vale dispor a dissertação acerca da classificação de obras especiais de engenharia apresentada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP em sua Nota Técnica IBR 001/2021, capítulo 5:

As obras **especiais de engenharia** são aquelas **obras de alta complexidade**, quase sempre de grande porte e elevado risco, para as quais é preciso estabelecer com maior cuidado as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos costumam ser de domínio restrito no mercado ou apresentam elevado nível de inovação tecnológica, para as quais exista um menor número de potenciais fornecedores e executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional.

Portanto, o objeto da contratação pode ser dividido em dois grupos com classificações distintas quanto à sua natureza, sendo estes:

Elaboração de projetos: este grupo compreende a elaboração dos projetos básico e executivo para a localidade em questão, os quais por sua heterogeneidade e especificidade técnicas, se enquadra no inciso XVIII da Lei de Licitações, sendo um **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual relativo à projetos básicos e projetos executivos**. Conforme elencado, devido à natureza do objeto compreender um serviço técnico especializado, este possui caráter **especial**.

Execução da Obra: este grupo compreende à construção da ponte em si, correspondendo a uma **obra especial de engenharia**, o que se deve em especial à necessidade de intervenção e inovação no espaço físico, com a criação da estrutura de uma ponte nova na localidade, o que implica na necessidade de estabelecer com maior cuidado as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração.

DESCRIÇÃO/justificativa DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#))

O Poder Executivo do Governo de Rondônia através do planejamento estratégico (2024-2027) definiu que o desenvolvimento humano, econômico e social de Rondônia deve ser considerado para atender a sete eixos temáticos distintos: Desenvolvimento Econômico; Cidadania, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial, Saúde, Segurança Pública e Gestão Estratégica.

Nesse quesito, estabeleceu no 1º eixo temático, o de Desenvolvimento Econômico, como o Desafio de número 3 o de Modernizar e ampliar a infraestrutura intermodal e logística. Nesse desafio, tem-se como resultado até o ano de 2027 o de ampliar para 35% a malha estadual pavimentada, tendo como meta 107,51Km pavimentados até 2027. Outro resultado previsto é a meta de manter toda a malha rodoviária (pavimentada e não pavimentada) em estado conservada. Para isso, o Governo Estadual através do DER-RO tem investido em ações que alcancem os resultados planejados, empenhando os esforços na execução de melhorias da malha viária estadual através de regime de execução direta e indireta.

Diante disso, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO), busca promover melhorias na malha rodoviária do Estado de Rondônia através de investimentos em regime de execução indireta, visando equacionar problemas de trafegabilidade principalmente nos locais de pontes de madeira, com largura estreita e que apresentem problemas estruturais, tendo em vista que estas comportam um fluxo diário considerável de veículos, inclusive de transporte de carga, uma vez que os trechos informados servem para escoamento de produção agrícola e de gado, tornando as pontes pontos críticos.

Obras de arte especiais desta natureza são de extrema importância em estradas vicinais pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola (SORIANO E MASCIA, 2009), além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral (MILANI E KRIPKA, 2012). Esta deterioração natural das pontes se intensifica devido ao tráfego de veículos pesados, o que muitas vezes ocorre com peso excedente.

As pontes de madeira, devido à sua natureza e material de construção, muitas vezes apresentam sinais de deterioração e fragilidade, pois, embora tenham sido amplamente utilizadas ao longo dos anos,

enfrentam desafios significativos em termos de manutenção e resistência estrutural, em especial por estarem expostas à ação do tempo e ao tráfego de veículos, além de estarem especialmente vulneráveis a enchentes, erosões e desgastes naturais. Diante disso, essas estruturas frequentemente requerem reparos dispendiosos e constantes. Essas condições representam riscos à segurança dos usuários, especialmente em áreas com tráfego intenso ou sujeitas a condições climáticas adversas.

Ademais, a manutenção das pontes de madeira demanda investimentos significativos ao longo do tempo. Os constantes reparos e substituições de peças comprometem os recursos financeiros destinados à infraestrutura viária, além de gerarem impactos negativos na operacionalidade das vias. Portanto, neste contexto de mudanças climáticas e eventos extremos cada vez mais frequentes, somado ao tráfego de veículos, é fundamental investir em infraestruturas resilientes e capazes de suportar as intempéries.

Torna-se, portanto, evidente a necessidade premente de contratar os serviços para a substituição das pontes de madeira no Estado de Rondônia, tendo em vista que a modernização da infraestrutura viária é essencial para o desenvolvimento econômico e social de uma região. A substituição das antigas pontes de madeira por estruturas definitivas representa um passo significativo rumo à melhoria das condições de mobilidade, acesso e integração entre comunidades. Além disso, a adoção de tecnologias mais avançadas e sustentáveis contribui para a atratividade do território, estimulando investimentos e fomentando o crescimento regional. Essa iniciativa não apenas garantirá a segurança e a eficiência das vias, mas também promoverá o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população local, fortalecendo a infraestrutura viária e buscando garantir sua funcionalidade mesmo diante de condições adversas.

Neste contexto, o Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias e obras de arte do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei n. 10.406/02 - Código Civil), além da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los. A Lei Complementar n. 965/2017 estabeleceu no art. 98, alterada pela LC n. 1.060/2020, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;

[...]

Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

“§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.”

Ainda, é importante considerar os seguintes pontos acerca das obras de infraestrutura na rodoviárias do Estado de Rondônia:

1. **Estado da malha viária:** O Sistema Rodoviário de Rondônia está composto por rodovias federais, estaduais e municipais, possuindo aproximadamente 27,5 mil km de rodovias, das quais aproximadamente 3.382 km estão pavimentadas. As rodovias estaduais de Rondônia são importantes para a economia e integração da região, pois são elas que interligam os municípios fora do eixo da BR 364 e garantem fluidez dos transportes e escoamento de produções.
2. **Crescimento econômico:** Rondônia tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária, indústria e serviços. Esses setores têm gerado um aumento significativo no fluxo de bens, serviços e

pessoas pelas estradas do estado, o que ocasiona uma sobrecarga na malha rodoviária existente e a necessidade de construção e ampliação de novas vias. Além disso, Rondônia tem se destacado como um importante polo de produção agropecuária, sendo responsável pela produção de grãos, como soja e milho, e carnes, como bovina e suína, com grande impacto na economia nacional. O escoamento dessa produção depende da qualidade e capacidade das estradas e rodovias do estado, o que reforça a necessidade de investimentos em obras rodoviárias. O estado de Rondônia também tem investido em políticas públicas que visam atrair novos investimentos e empreendimentos para a região, como incentivos fiscais e programas de financiamento. Essas medidas tendem a trazer novos fluxos de transporte e comércio para o estado, o que reforça ainda mais a necessidade de investimentos em obras rodoviárias para garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento econômico sustentável do estado.

3. **Segurança viária:** segurança viária é uma das principais preocupações no planejamento de obras rodoviárias. Segundo dados do Departamento Estadual de Transito (DETRAN), o estado de Rondônia registrou uma média de 9.579 acidentes de trânsito por ano entre 2018 e 2021, com uma média de 375 mortes por ano no mesmo período. Os registros de acidentes em rodovias de jurisdição estaduais representam 10,98 % da média geral, com um percentual de 16,13% da média geral referente a óbitos. Esses números mostram que é essencial investir em melhorias na infraestrutura rodoviária do estado para aumentar a segurança viária e reduzir o número de acidentes e mortes nas estradas. Isso pode incluir a construção de novas rodovias, duplicações de trechos já existentes, readequação de curvas e sinalização adequada. Além disso, as obras rodoviárias podem contribuir para a redução do tempo de viagem e a melhoria da qualidade do transporte de cargas, o que também pode resultar em maior segurança viária, uma vez que caminhões em boas condições e em velocidade adequada reduzem os riscos de acidentes.
4. **Condições climáticas:** As condições climáticas podem influenciar significativamente a durabilidade das obras rodoviárias. As condições climáticas podem afetar a segurança e a qualidade das rodovias em Rondônia e incluem as chuvas intensas, que podem causar erosão do solo, deslizamentos de terra e enchentes, comprometendo a estabilidade das encostas e das pontes.

A necessidade da contratação, portanto, se justifica no fato de que a aportou à Gerência de Obras de Artes (DER-GOA), pertencente à Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras (DER-CPPOO), através do Memorando 85 ([0051079497](#)), encaminhado pela Coordenadoria de Operações e Fiscalização (DER-COF), no Processo SEI Nº [0009.008921/2024-16](#), a informação de que na Ponte de madeira sobre o Rio Cujubim, localizada nas coordenadas 9°22'25.63"S 62°30'18.27"W, na RO-205, atualmente utilizada para o escoamento de grãos, houve a queda de uma carreta carregada com milho e que, logo após o acidente, a ponte foi atingida por um incêndio provocado por moradores locais, no dia 20 de julho de 2024, conforme disposto nas imagens abaixo.

Figuras 02 e 03 - Situação da ponte pós incêndio



Ademais, o Formulário de Inspeção de Ponte ([0050846929](#)) referente à ponte em questão, também encaminhada pelo Setor de Técnico de Engenharia da Coordenadoria de Operações e Fiscalização, acerca da situação atual da Ponte objeto deste processo, a qual informa que a estrutura da ponte de madeira implantada no local, atualmente sendo responsável pelo trânsito de veículos pesados, principalmente no que se refere ao escoamento das produções agrícola e madeireira, apresenta falta/defeito de peças, danos por sobrecarga e danos por impactos de veículos tanto no pranchão de trânsito quanto no tabuleiro da ponte, pilares desalinhados, vigas com desalinhamento e fissuras na estrutura de madeira, em especial, nas vigas. Em suma, o formulário de inspeção aponta diversas patologias para a referida ponte, o que denota uma condição de estabilidade precária, com condições de conservação ruim e níveis de vibração intenso.

Diante destas situações, há necessidade de intervenção no local da travessia onde se localiza a ponte sobre o Rio Cujubim, na RO-205, Km 64,00 trecho: RO-133/RO-416, adotando uma solução definitiva, como é o caso de uma ponte mista em aço e concreto.

A solução proposta visa proporcionar melhores condições de conforto e segurança para os usuários além da redução dos custos de manutenção necessários na ponte de madeira, que apresenta baixa vida útil. A ponte de madeira existente deverá ser demolida, com destinação apropriada dos materiais resultantes.

Diante disso, e em face do período do inverno amazônico em que acarreta riscos a comunidade local que com a falta de trafegabilidade no local e, ainda, tendo em vista que os serviços públicos básicos podem ficar comprometidos, resta evidente que a intervenção é a via adequada e efetiva para eliminar o iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

A princípio uma solução provisória está sendo executada no local para garantia da trafegabilidade. Tal solução é de caráter estritamente provisório, tendo em vista o grande fluxo de veículos de transporte de grãos que circulam na região, bem como em decorrência da época do período do inverno amazônico em que o fluxo hídrico aumenta, podendo comprometer a solução provisória executada, acarretando em riscos a comunidade com a falta de trafegabilidade no local. Tendo em vista que os serviços públicos básicos podem ficar comprometidos, restando evidente que a intervenção é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Diante destas situações, há necessidade de intervenção no local supracitado e, somado a isto, fora constatado na gerência de obras de arte a existência de um projeto básico de engenharia para a ponte sobre o Rio Cujubim através do Processo SEI Nº [0009.070719/2022-41](#). Ocorre que em decorrência da necessidade mencionada, de construção de uma ponte no local e por se tratar de um projeto básico de engenharia mas que não contemplava elementos como os projetos dos encabeçamentos e itens complementares a este, fora então elaborados os projetos e informações necessárias a título de

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

anteprojeto, como fito a ser incorporado ao projeto já existente da Obra de Arte Especial. Em síntese, em decorrência de informações essenciais a dar andamento ao objeto com o projeto no formato em que se encontrava, o mesmo passou a ser tratado com efeito de anteprojeto, não havendo prejuízo para a administração.

A RO-205 é uma rodovia de fundamental importância na Região do Vale do Jamari para o escoamento da produção local e da região, sendo a principal via de ligação entre os municípios de Cujubim e Machadinho do Oeste. Além disso, a rodovia é um corredor para o acesso a serviços de saúde, educação e outros serviços públicos. A reconstrução da ponte assegura que as comunidades locais tenham acesso contínuo a esses serviços.

Neste cenário, a proposição ora apresentada é de suma importância para região onde pretende-se construir a ponte supracitada a partir da presente contratação, principalmente ao considerar que a rodovia RO-205 é uma rodovia estadual crucial para o estado de Rondônia, em especial para o Vale do Jamari, por conectar principalmente as áreas rurais aos centros urbanos próximos, ligando a BR-364 à MT-206, passando pelos municípios de Cujubim, Machadinho D'Oeste. Entre os pontos de destaque, a RO-205 atravessa áreas produtivas e serve como rota para diversos pequenos produtores que necessitam de acesso à infraestruturas urbanas, como a de Ariquemes, por exemplo. A rodovia também se conecta a outras estradas estaduais e vicinais, formando uma rede de transporte que facilita o escoamento da produção agrícola e o deslocamento dos moradores locais para serviços e comércios na cidade, ademais, esta rodovia interliga áreas rurais a centros urbanos, facilitando o transporte de pessoas, mercadorias e serviços, sendo vital para o desenvolvimento econômico, especialmente para o setor agrícola, o qual utiliza esta rodovia para o escoamento de produtos agrícolas, como soja, milho e café, que são cultivados na região, permitindo que esses produtos sejam transportados até centros de distribuição e exportação. Ademais, a RO-205 contribui para a integração entre municípios e regiões vizinhas, melhorando a circulação de pessoas e estimulando o comércio local, além de facilitar o acesso da população local a serviços de saúde, educação e outros serviços essenciais e atrair investimentos para o comércio e a indústria. Essas funções fazem da RO-205 uma via estratégica para o desenvolvimento econômico e social do estado de Rondônia.

A contratação da construção da ponte decorre da necessidade de garantia do fluxo de escoamento de produção da região, visando melhorar as condições de trafegabilidade, o aumento da velocidade de tráfego e de melhorias nas condições de segurança de veículos e pedestres. Também visa atender as necessidades da comunidade local no que se refere a garantia e melhoria das condições de trafegabilidade, escoamento da produção agrícola e agropecuária, além de estruturar a malha viária do Estado de Rondônia.

Nesse sentido, considerando a necessidade de resposta à população do Município de Cujubim/RO, garantindo a ligação com os municípios adjacentes e tráfego de populares da região bem como escoamento da produção, torna-se necessária execução dessa obra, cujo objetivo é assegurar o tráfego de veículos e cargas, garantindo a circulação da população e escoamento da produção na RO-205, evitando o uso de desvio.

A tendência de crescimento da rodovia em questão é também verificada pelas diversas áreas governamentais, como se verifica nos Mapas de Produção do Governo do Estado de Rondônia ([0057704126](#)). A região da ponte em destaque possui produção de lavouras temporárias de soja e milho. Além disso, possui rebanhos galináceos, suínos, equinos e bovinos, atuando, ainda, na produção de leite de origem animal e de produtos provenientes da aquicultura.

Diante do ocorrido, surge a necessidade de intervenção no local da travessia, realizada através da ponte sobre o Rio Cujubim, na RO-205, Km 64,00 trecho: RO 133/RO 416, situação a qual o DER-RO tem-se mostrado sensível à causa, buscando oferecer maior conforto e segurança aos usuários dessa rodovia

através da adoção da construção de uma solução definitiva para o local supracitado por meio da contratação de empresa especializada em engenharia.

ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - PAC

A contratação do serviço de execução destinado à construção de pontes mista em rodovia estadual está alinhada aos instrumentos de planejamento organizacional, por conter relação direta com os objetivos deste departamento no que se refere ao tráfego seguro e eficiente das rodovias, proporcionando a integração regional, o escoamento da produção agrícola e o abastecimento dos municípios, buscando sempre a redução de acidentes. Neste sentido, as pontes são infraestruturas fundamentais por desempenharem um papel crucial na conectividade e acessibilidade das estradas, sendo estruturas projetadas para superar obstáculos naturais, como rios, lagos, desfiladeiros e vales, criando um elo vital na rede viária que facilita o transporte de pessoas, mercadorias e serviços, sendo essenciais no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida da população em geral. A contratação da elaboração de projetos básico/executivo e construção da ponte, está inserida no "Item 78 - Contratação para elaboração de projeto executivo e construção (contratação integrada) de ponte na RO-205, sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim" do Plano de Contratações Anual, conforme Relatório Anexo Portaria 148 ([0056604016](#)), constante no processo SEI [0009.010202/2024-65](#).

A Classificação orçamentária da despesa fora indicada nos autos através do Despacho DER-GEPLAN ([0058623603](#)).

descrição da solução como um todo

Em decorrência da necessidade da contratação o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses. Portanto, a escolha da Contratação Integrada de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133, se deu por ordem do Diretor-Geral através da Autorização ([0051471536](#)), diante da necessidade de intervenção no local supracitado e, somado a isto, da constatação na gerência de obras de arte acerca da existência de um anteprojeto para a ponte sobre o Rio Cujubim através do Processo SEI Nº [0009.070719/2022-41](#). Uma nova ponte mista de aço e concreto proporcionará uma estrutura segura, capaz de suportar o fluxo de veículos e cargas pesadas, minimizando o risco de novos acidentes e colapsos, vinculando-se a fatores produtivos, de logística e de desenvolvimento econômico da região que atrelados a maior rapidez na construção da ponte mista, proporcionam segurança e maior durabilidade destas obras.

Além disso, a solução proposta visa a redução dos custos de manutenção por se tratar da construção de uma nova ponte em estrutura definitiva. Pontes mistas de aço e concreto, bem como de concreto armado e/ou protendido, são conhecidas por sua durabilidade e menor necessidade de manutenção, proporcionando uma solução econômica a longo prazo.

A princípio uma solução provisória foi executada no local para garantia da trafegabilidade. Tal solução é de caráter estritamente provisório, tendo em vista o grande fluxo de veículos de transporte de grãos que circulam na região, bem como em decorrência da época do período do inverno amazônico em que o fluxo hídrico aumenta, podendo comprometer a solução provisória executada, acarretando em riscos a comunidade com a falta de trafegabilidade no local. Tendo em vista que os serviços públicos básicos

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

podem ficar comprometidos, restando evidente que a intervenção em definitivo é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

A finalidade da obra objeto da presente contratação é de assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários da rodovia estadual RO-205 na Região do Vale do Jamari do Estado de Rondônia, como forma de sanar os riscos de trafegabilidade da população da área de abrangência, promovendo melhorias nas condições de trafegabilidade durante todo o ano, rapidez no escoamento da produção agropecuária, evitando prejudicar a economia da região e garantindo que os usuários da rodovia se desloquem com segurança.

O projeto e construção propostas se caracterizam por ser uma solução robusta, de alto conteúdo técnico, atendendo com critérios técnicos e relação custo x benefício elevada, de modo a garantir uma maior estabilidade e durabilidade na transposição do ponto crítico, com segurança e eliminação de riscos aos usuários da referida rodovia Estadual. A conclusão da obra tem como propósito oferecer condições de tráfego, com segurança, trazendo melhorias na qualidade de vida da população dos municípios e distritos da área de abrangência, evitando o isolamento oferecendo um deslocamento seguro aos usuários. Por conseguinte, garantindo o desenvolvimento econômico da região.

Tendo em vista que o anteprojeto de OAE supracitado fora elaborado por técnicos pertencentes ao Departamento à época de elaboração dos projetos. Complementando, que os itens ambientais foram elaborados por técnicos da Gerência Ambiental, que os itens relativos a projetos rodoviários foram elaborados pela Gerência de Planejamento e cabendo à Gerência de Orçamentos de Obras o orçamento, pertencentes à Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras deste DER-RO, entende-se que os documentos estão adequados para os requisitos mínimos para um Anteprojeto, tendo em vista que o nível de detalhamento difere do requerido em um projeto executivo, pois ele serve como uma base para a aprovação inicial do projeto e para a estimativa de custos, além de fornecer um guia para o desenvolvimento do projeto executivo.

A elaboração do projeto e construção da ponte decorre da necessidade do garantia do fluxo de escoamento de produção da região, visando melhorar as condições de trafegabilidade e de segurança de veículos e pedestres. Também visa atender as necessidades da comunidade local no que se refere a garantia e melhoria das condições de trafegabilidade, escoamento da produção agrícola e agropecuária, além de estruturar a malha viária do Estado de Rondônia.

Ademais, no que se refere ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, alguns critérios sustentáveis que justificam a preferência pela construção de pontes mistas em aço e concreto, com base em práticas gerais de sustentabilidade na construção civil são:

1. **Eficiência Energética:** o aço é conhecido por sua eficiência energética na produção e reciclagem, além de que utilizar aço com alto teor de reciclagem pode reduzir a emissão de carbono;
2. **Durabilidade e Vida Útil Prolongada:** estruturas mistas podem combinar a durabilidade do concreto com a flexibilidade e resistência do aço, resultando em uma vida útil mais longa e menos necessidade de manutenção ao longo do tempo;
3. **Menor Impacto Ambiental na Construção:** a fabricação *off-site* de componentes de aço pode reduzir os impactos ambientais no local da construção, diminuindo o desperdício de material e energia no canteiro. Assim como a redução da área de projeção do canteiro de obras, em decorrência da menor quantidade de serviços executados no mesmo;
4. **Versatilidade e Facilidade de Modificação:** a estrutura mista permite modificações, reaproveitamento e expansões mais fáceis no futuro, reduzindo a necessidade de novas construções e, assim, diminuindo os impactos ambientais associados.

5. **Reciclabilidade:** tanto o aço quanto o concreto, utilizados na estrutura, podem ser reciclados, o que pode apoiar práticas sustentáveis e reduzir a demanda por recursos naturais.
6. **Economia de Peso e Transporte:** o aço é geralmente mais leve que outros materiais de construção, o que pode resultar em economia de peso e, consequentemente, redução no uso de recursos durante o transporte.
7. **Inovações Tecnológicas:** a pesquisa contínua em materiais e técnicas de construção pode levar a inovações que tornem a construção de pontes mistas mais sustentável ao longo do tempo.

Dessa forma, considerando a necessidade de resposta à população do Município de Cujubim/RO, garantindo a ligação com os municípios adjacentes e tráfego de populares da região bem como do escoamento da produção, torna-se necessária execução da obra em questão, evitando o uso de desvios.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Ao realizar a contratação integrada da ponte mista questão, se visa assegurar que a construção da ponte ocorra de maneira eficiente, segura, econômica e sustentável, proporcionando uma infraestrutura de alta qualidade que beneficie a sociedade e respeite o meio ambiente, promovendo a redução de custos e prazos adicionais decorrentes de retrabalho, atrasos ou problemas técnicos devido à integração das fases de projeto e execução.

O regime de execução adotado para o presente objeto visa proporcionar à Administração maior celeridade na execução dos serviços demandados, resultando em um número menor de processos licitatórios específicos, permitindo, assim, otimizar o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, reduzindo impactos ambientais negativos.

Ao incorporar elementos estruturais de aço na ponte, aumenta-se sua capacidade de suportar cargas pesadas e resistir a esforços externos, permitindo vãos mais longos entre os pilares. O concreto, por sua vez, é conhecido por oferecer boa resistência à compressão e por proporcionar estabilidade adicional em lajes e tabuleiros quando se trata de pontes. Dessa forma, a combinação de ambos os materiais aproveita as características únicas de cada um, resultando em pontes duráveis e capazes de resistir à variedade de condições climáticas e de carga, além de proporcionar maior eficiência estrutural, construção mais rápida e manutenção facilitada.

A escolha de construir uma ponte mista de aço e concreto pode trazer diversos benefícios em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, tais quais:

- **Durabilidade e Vida Útil Prolongada:** as pontes mistas de aço e concreto têm uma vida útil geralmente mais longa em comparação com algumas outras opções. O aço é resistente à corrosão, enquanto o concreto fornece estabilidade e durabilidade estrutural. Isso reduz a necessidade de manutenção frequente e substituição, resultando em economias a longo prazo.
- **Eficiência Construtiva e Rapidez na Execução:** a combinação de aço e concreto permite métodos construtivos eficientes e rápidos. Componentes de aço podem ser pré-fabricados, acelerando o processo de construção e minimizando o tempo necessário no local. Isso pode levar a economias significativas nos custos de mão de obra e acelerar a entrega do projeto.
- **Flexibilidade Estrutural:** pontes mistas oferecem flexibilidade estrutural, permitindo vãos maiores sem a necessidade de apoios intermediários. Isso pode reduzir a quantidade de material utilizado, otimizando os custos e melhorando a eficiência estrutural.
- **Sustentabilidade e Reciclabilidade:** o aço é altamente reciclável, e a combinação de aço e concreto pode ser projetada para minimizar o impacto ambiental. A escolha de materiais

sustentáveis pode contribuir para a conformidade com requisitos ambientais e regulamentações, além de demonstrar um compromisso com a responsabilidade socioambiental.

- **Manutenção Simplificada:** a combinação de aço e concreto pode resultar em uma estrutura que requer menos manutenção ao longo do tempo. Isso não apenas economiza recursos financeiros, mas também otimiza a eficiência dos recursos humanos ao reduzir a necessidade de inspeções e reparos frequentes.
- **Compatibilidade com Inovações Tecnológicas:** a construção de pontes mistas permite a incorporação mais fácil de inovações tecnológicas, como sensores para monitoramento estrutural e métodos construtivos avançados. Isso pode melhorar a eficiência operacional e a segurança da ponte ao longo do tempo.
- **Aproveitamento de Recursos Locais:** a escolha de materiais de construção, como concreto, que podem ser produzidos localmente, pode reduzir os custos associados ao transporte de materiais e promover a economia local.
- Ademais, apesar de inicialmente serem apresentados custos ligeiramente mais altos devido ao custo do aço, a eficiência construtiva e a durabilidade podem compensar esses custos adicionais a longo prazo.
- Outro fator de importância é a redução do impacto ambiental da ponte que pode ser gerado ao se utilizar o aço e o concreto de forma eficiente e adotando-se critérios de sustentabilidade durante a escolha dos materiais.

Neste sentido, além dos fatores supracitados, com a contratação da nova ponte mista (concreto e aço) por meio de contratação integrada pretende-se restaurar e assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários da rodovia estadual RO-205 na Região do Vale do Jamari Estado de Rondônia, promovendo melhorias que contribuem com a mobilidade em geral e o desenvolvimento socioeconômico da região.

Através da presente contratação pretende-se alcançar uma solução definitiva e mais adequada às necessidades de segurança, desempenho e durabilidade da infraestrutura viária local. Especificamente, os principais resultados esperados com esta contratação são:

- Assegurar a continuidade do tráfego de veículos e pedestres, especialmente para transporte escolar, escoamento da produção, serviços de saúde e demais atividades essenciais da comunidade;
- Garantir maior segurança aos usuários da via, por meio de uma estrutura estável, resistente e projetada conforme as normas técnicas vigentes;
- Reduzir riscos de acidentes e interdições, prevenindo colapsos ou falhas estruturais que possam gerar prejuízos materiais, riscos à vida ou impactos socioeconômicos à população atendida pela via;
- Proporcionar maior durabilidade e vida útil à obra de arte especial, reduzindo significativamente a necessidade de manutenções corretivas frequentes, comuns em pontes de madeira;
- Permitir a circulação segura de veículos de maior porte, viabilizando o escoamento da produção agrícola e o transporte escolar, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região;
- Reduzir os custos de manutenção e operação a médio e longo prazo, promovendo maior economicidade para a administração pública;
- Assegurar melhores condições de trafegabilidade ao longo de todo o ano, inclusive durante períodos chuvosos, com menor risco de interdições causadas por deteriorações estruturais;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

- Adequar a infraestrutura existente aos padrões de engenharia e segurança exigidos pela legislação e órgãos de controle, conferindo maior confiabilidade técnica à intervenção.

Dessa forma, a substituição da ponte de madeira por uma estrutura mista representa uma medida tecnicamente justificada, economicamente viável e socialmente benéfica, alinhada às diretrizes de eficiência, durabilidade e sustentabilidade das contratações públicas.

Atingindo esses resultados, será possível assegurar o atendimento da coletividade, evitando a descontinuidade dos serviços públicos e os prejuízos socioeconômicos decorrentes de uma eventual interdição total da ponte.

justificativas de parcelamento ou não da contratação

A legislação atual não estabelece a obrigatoriedade de parcelamento da contratação, portanto, as justificativas de **NÃO PARCELAMENTO** se tratando deste caso específico do objeto, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar 54, são dadas com base no Art. 47 da Lei n. 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

Em suma, apesar do objeto da contratação não constituir sistema único e integrado, a contratação do item por completo do mesmo fornecedor promove a economia de escala, a padronização, a redução de custos e maior vantagem na contratação, além de ser mais vantajosa no que se refere à responsabilidade técnica e à competição, por isso, o parcelamento não será adotado. Outros fatores preponderantes a serem considerados são:

Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores, aumentando o risco de falhas na compatibilidade entre projetos e execução;

A contratação integrada permite que uma única empresa ou consórcio seja responsável por todas as fases do projeto, garantindo maior controle e responsabilidade, o que facilita a gestão de riscos, a resolução de problemas e a garantia da qualidade, pois a empresa contratada tem um interesse direto em assegurar que todas as etapas sejam concluídas conforme os padrões estabelecidos e dentro do cronograma;

O parcelamento da contratação pode causar atrasos significativos devido à necessidade de múltiplos trâmites licitatórios e a possível falta de alinhamento entre diferentes contratados, enquanto a contratação de uma única empresa permite uma abordagem mais ágil, onde as fases de projeto e execução podem ser otimizadas para reduzir o tempo total de entrega da obra;

A execução do projeto por uma única entidade permite a otimização dos recursos e a economia de escala, resultando em custos menores em comparação ao parcelamento, tendo em vista que múltiplas contratações aumentam os custos administrativos, de mobilização e de desmobilização, além de

potenciais custos adicionais decorrentes de atrasos ou incompatibilidades técnicas entre os diferentes contratados;

A contratação de uma única empresa incentiva a inovação, pois permite que a empresa contratada proponha soluções técnicas e tecnológicas mais eficientes e econômicas ao longo do processo, enquanto a segmentação da contratação poderia limitar a aplicação de tecnologias avançadas e práticas inovadoras devido à falta de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores;

A legislação reconhece que em projetos complexos, como a construção de pontes, a integração é um fator crucial para o sucesso do empreendimento. Portanto, justifica-se o não parcelamento da contratação para a elaboração de projetos e construção da ponte em questão, visando garantir a integridade técnica, a eficiência no cronograma, a otimização dos custos, a aplicação de inovações tecnológicas e a conformidade com a legislação vigente.

dos requisitos da contratação

NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Pessoas físicas, tendo em vista fatores como: Complexidade Técnica, Experiência em Obras de Grande Porte, Garantia Financeira e Capacidade Econômico-Financeira, Acesso a Recursos e Tecnologias, Gestão de Riscos, Cumprimento de Exigências Legais e Contratuais, Segurança e Responsabilidade Técnica, os quais tornam inviável este tipo de contratação;

O autor do anteprojeto, sendo pessoa física ou jurídica;

Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei n. 14.133/21.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Anteprojeto de Engenharia e nas Notas Técnicas** disponibilizadas pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento;

As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital.

A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais

alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pela substituição ou reparo, em caso de anormalidade, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

É dever da CONTRATADA realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

A empresa CONTRATADA deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos insumos;

A empresa CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;

Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

É dever da CONTRATADA comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;

A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

Para a prestação do serviço no fornecimento dos materiais, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as [Normas Regulamentadoras \(NR\)](#).

Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA ANALÍTICA DETALHADA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS com BDI DETALHADO, contemplando os custos e seu respectivo lucro.

A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas, conforme estabelecido no §1º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Considera-se a obrigatoriedade de previsão de reserva de 2% das vagas de trabalho para apenados do regime semi-aberto e egressos do sistema prisional, conforme o Decreto Estadual n. 25.783/2021 e o art. 25, § 9º da Lei Federal n. 14.133/2021, excetuando-se as atividades de segurança.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A solução para o objeto em questão é a contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, através de Concorrência, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia Estadual onde esta se localiza.

Fora elaborado por este DER-RO o anteprojeto relativo ao objeto, juntado aos autos através dos documentos Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Memorial Descritivo - OAE ([0057774437](#)), Memória de Quantitativos - OAE ([0057780228](#)), Adendo - Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Memorial Descritivo - Terraplanagem ([0057737300](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Memorial Descritivo - Drenagem ([0057737362](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Memorial Descritivo - Sinalização ([0057737413](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Memorial Descritivo - Obras Complementares ([0057737562](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)), Adendo BDI OAE ([0062117064](#)), Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#)), Adendo Administração ponte ([0062120253](#)), Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#)), Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#)), Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#)), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#)), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#)), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)), Estudo Hidrológico ([0057972050](#)), Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico ([0057972527](#)), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico ([0057972952](#)) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica ([0057973200](#)), os quais serão divulgados com o edital da licitação.

Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes neste processo e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

NÃO FORAM elaborados os projetos básico e executivo, sendo tal atribuição de elaboração expressamente responsabilidade da contratada, com os custos deste serviço contemplados na planilha orçamentária elaborada, disponível em Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)). Nessa hipótese, o anteprojeto e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos básico e executivo pela contratada.

A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

Conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contida no §7º, do art. 7º, da Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011:

§ 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

Substituída pelo § 1º, do art.46º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no [§ 3º do art. 18 desta Lei](#).

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Portanto, é **vedado o início dos serviços de execução** sem a prévia confecção dos projetos básicos e executivos, devidamente acompanhados de seus respectivos orçamentos, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, com valores de serviços limitados pelas referências oficiais da administração pública, os quais **devem ser previamente aprovados pelo corpo técnico do DER-RO**.

A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Projeto Básico de Licitação.

Os serviços necessários inerentes a execução do empreendimento deverão ser realizados “in loco”, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO, cabendo à Empresa contratada arcar com custos de transporte (pessoal, equipamentos e materiais). O Cronograma Físico-Financeiro, é parte integrante deste Projeto Básico de Licitação, sendo que ele representa as quantidades de serviços a serem executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesses cronogramas, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

DIÁRIO DE OBRAS

No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

Pela CONTRATADA:

Preenchimento dos cabeçalhos;

Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;

As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;

A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;

Medições das etapas de obras;

Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

Pela FISCALIZAÇÃO:

Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);

Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;

Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.

As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO, AMOSTRAS, CERTIFICAÇÕES, LAUDO OU DOCUMENTO SIMILAR

Para a presente contratação, considerando o objeto envolver a elaboração de projetos e execução de ponte em regime de contratação integrada, **não se vislumbra a necessidade de prova de conceito ou apresentação de amostras**, uma vez que se trata de serviço técnico e obra de engenharia civil.

Contudo, **será exigida a apresentação de certificações legais pertinentes**, como registro no CREA/CAU, comprovação de acervo técnico compatível com o objeto, conforme descrito alhures.

Da mesma forma, **laudos técnicos e estudos específicos** (como sondagens, laudos geotécnicos e memoriais de cálculo) deverão ser apresentados para validação dos projetos e execução das obras, conforme solicitado e disposto no Estudo Técnico Preliminar 54, na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambi ([0053799666](#)) e na Nota Técnica 5 - Rodovia ([0057731401](#)).

DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura, de forma a assegurar a integridade, a performance e a durabilidade dos elementos estruturais e dos materiais empregados no reforço da ponte.

Em caso de identificação de vício, defeito, incorreção ou da necessidade de manutenção, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de recebimento definitivo do objeto, o contratado será notificado pela contratante e ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura e sem ônus à administração pública.

O contratado terá prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da notificação para se manifestar acerca das providências a serem tomadas em acordo com a contratante.

A presente contratação não conta com assistência técnica devido à natureza do objeto, contando apenas com a garantia contratual de 5 (cinco) anos descrita anteriormente.

da reserva de cotação para microempresas (me) e empresas de pequeno porte (epp)

Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei n. 14.133/2021, neste objeto não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei n. 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

É vedada a subcontratação total;

É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.

A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, **limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado**, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU -Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei n. 14.133/2021).

Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto n. 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)):

Elaboração de projeto (podendo ser subcontratados os itens referentes a ensaios, estudos técnicos e projetos);

Drenagem Superficial;

Encabeçamentos;

Sinalizações;

Obras Complementares.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Considerando a complexidade técnica envolvida na execução de estudos e elaboração de projetos para pontes, bem como na sua execução, entende-se como tecnicamente recomendável a permissão da participação de consórcios na presente licitação, tendo em vista que o escopo da contratação integrada, abrange a elaboração dos projetos e a execução da obra, exige capacitação técnica multidisciplinar e estrutura operacional robusta. A participação de consórcios possibilita a união de empresas com expertises complementares, como diagnóstico estrutural, elaboração de projetos de engenharia e execução de obras complexas, ampliando a capacidade técnica das proponentes e assegurando maior qualidade na entrega.

Além disso, a permissão para consórcios amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas que, individualmente, não atenderiam a todos os requisitos técnicos e econômicos e dilui riscos financeiros e operacionais entre as consorciadas, oferecendo maior solidez ao empreendimento.

Portanto, a permissão da participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e mitiga riscos de execução, devendo ser expressamente prevista no edital.

Desta forma, poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar 54, deste Projeto Básico de Licitação, do Edital, dos Projetos, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor Acervo Técnico de execução de obras ou serviços de características condizentes ao objeto da licitação. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei n. 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

O consórcio deverá apresentar:

Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.

Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.

O prazo de duração do consórcio deverá coincidir, no mínimo, o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva, mais 180 (cento e oitenta) dias.

O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.

O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.

A empresa vencedora fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".

O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;

O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

A Empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

Não caberá limitação quanto a limitação do número máximo de participantes em consórcio.

Em conformidade com o §12 do Art. 67 da Lei 14.133/21, na documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

da participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa

A participação de cooperativas será **VEDADA**, pois deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que versa: “é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

Por meio do Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), considerou que se mantém na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato exija relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços.

Por fim, o § 2º do Art. 10 da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017 versa:

"§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação."

Deste modo, o entendimento do presente setor técnico é o de que, devido à complexidade do objeto e aos serviços necessários para sua perfeita execução, é inviável a participação de cooperativas.

forma e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA: O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pela **TÉCNICA E PREÇO**.

Justificativa da escolha do critério de julgamento: Considerando que trata-se de uma contratação cujo critério de julgamento é técnica e preço, de acordo com os Artigos 36, 37 e 38 da Lei n. 14.133/21, os quais versam:

"Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

[...]

§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

[...]

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

- I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
- II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;
- III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

[...]

Art. 38. No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente."

Por se tratar de um objeto complexo, de serviço e obra de natureza intelectual, que envolve na necessidade de elaboração de projetos básico e executivo, bem como da construção de arte especiais e demais execuções necessárias, como sinalização, foi adotado como critério de julgamento a técnica e preço para avaliação da proposta mais vantajosa.

Deste modo, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar 54, **justificou-se a adoção do Critério de Julgamento "Técnica e Preço"** pela necessidade de combinação dos elementos, uma vez que busca-se uma boa solução técnica e respeitando o princípio público da economicidade.

Modo de disputa: O modo de disputa da licitação será o **FECHADO**, nos termos do art. 56, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Tal escolha justifica-se pela necessidade de preservar a estratégia de formação de preços das licitantes, evitando exposição que possa comprometer a competitividade e a obtenção de propostas tecnicamente mais qualificadas e financeiramente equilibradas. Trata-se de procedimento mais adequado para contratações com julgamento por técnica e preço, em que o preço não deve ser o único fator determinante, mas sim o conjunto da proposta que atenda integralmente às exigências do edital e às soluções técnicas necessárias à plena execução do objeto. Ademais, o § 2º do Art. 56 infere que:

"§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço."

Critérios de Medição: Conforme Especificação Técnica de serviço, de acordo com o descrito no item 31 deste Projeto Básico de Licitação e Estudo Técnico Preliminar 54.

Regime de Execução: O regime de execução adotado será por **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**.

Justificativa do regime de execução adotado

Justifica-se o regime de execução adotado, uma vez que o contratado será responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

A adoção pela Contratação Integrada visa ampliar a eficiência na contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Ainda, considerando que na Contratação Integrada o licitante vencedor se responsabiliza por projetar, executar e entregar a obra integralmente pronta, entende-se que este poderá buscar adotar formas de alcançar inovações tecnológicas e técnicas para a melhor execução do projeto e obra, sem olvidar que, ainda assim, é obrigado a atingir os patamares estabelecidos pela Administração no Anteprojeto.

A ideia é que a contratação realizada de forma integral, seguindo cronograma físico medido por etapas, contenha foco no resultado, contudo, mantendo a preocupação quanto aos demais aspectos pertinentes a obra, como o socioambiental. Trata-se de um sistema que busca maneiras inovadoras e técnicas de eficiência para execução da obra, todavia, com grande controle de parâmetros realizado pelo Estado.

Portanto, a escolha pelo regime de execução por contratação integrada para a presente contratação justifica-se, dentre outros fatores, pelos potenciais ganhos de eficiência e economia de escala que este modelo possibilita à Administração Pública, tendo em vista que, conforme descrito anteriormente, concentra na responsabilidade de um único contratado a elaboração dos projetos básico e executivo, a execução das obras e o fornecimento dos materiais e serviços necessários, a contratação integrada permite otimizar processos, reduzir sobreposições de custos e eliminar etapas intermediárias que, em modelos tradicionais, demandariam sucessivas contratações e repactuações de preços. Esse modelo confere à contratada maior liberdade para propor soluções integradas e tecnicamente mais eficientes, alinhadas ao seu planejamento executivo, o que favorece a obtenção de ganhos de escala na aquisição de insumos, na mobilização de equipamentos e na gestão de recursos humanos. A possibilidade de planejamento integrado das etapas de projeto e execução reduz riscos de retrabalho, falhas de compatibilização e desperdícios, o que contribui diretamente para a redução dos custos globais da obra. Adicionalmente, a centralização das atividades em uma única contratada potencializa a negociação de preços mais vantajosos junto a fornecedores e subcontratados, resultando na diluição de custos fixos e no aproveitamento de sinergias operacionais que dificilmente seriam alcançadas em contratações fragmentadas. Dessa forma, a adoção da contratação integrada é medida que favorece a economicidade da contratação, racionaliza o uso dos recursos públicos e assegura à Administração maior previsibilidade quanto aos custos e prazos, sendo plenamente justificada frente à complexidade e à natureza da obra de reforço estrutural ora pretendida.

Vale salientar que conforme o § 9º do Art. 46 da Lei n. 14.133/21, **o regime de execução de contratação integrada** será licitado por **PREÇO GLOBAL** e adotará **sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado**, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

A escolha da **contratação integrada** se justifica pela celeridade que o caso requer para que possa ser garantida a trafegabilidade do local, por ser um regime de execução indireto para aumentar a eficiência administrativa e a economia, enquanto estimula a competição entre os licitantes.

Neste sentido, a **modalidade de contratação por concorrência**, nos termos da Lei n. 14.133/2021, é a mais indicada para contratações de grande vulto ou complexidade, assegurando ampla participação de interessados, observados os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira necessários. Tal escolha proporciona maior segurança jurídica, transparência e isonomia entre os licitantes.

O **critério de julgamento por técnica e preço** justifica-se diante da relevância técnica do objeto, sendo imprescindível que as propostas sejam avaliadas não apenas pelo menor valor ofertado, mas também pela qualidade técnica das soluções apresentadas. Essa combinação permite que a Administração selecione a proposta mais vantajosa, considerando o melhor equilíbrio entre o custo e a capacidade técnica necessária para a adequada execução da obra e dos projetos integrados.

O **modo de disputa fechado** complementa a estratégia, garantindo a preservação das estratégias comerciais e técnicas das licitantes, evitando exposição pública das propostas e prevenindo comportamentos que possam comprometer a competitividade ou a obtenção de propostas efetivamente vantajosas. Esse formato é mais compatível com o nível de complexidade da contratação e com o critério de julgamento adotado, contribuindo para a seleção de propostas robustas e bem fundamentadas, tanto tecnicamente quanto sob o aspecto econômico. Cumpre salientar que é vedado pelo § 2º do Art. 56 a utilização do modo de disputa aberto quando o critério de julgamento adotado é o de técnica e preço, conforme adotado.

Ademais, o Art. 36, Inciso I do § 1º da Lei n. 14.133/2021 infere:

“§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

Dessa forma, a combinação da modalidade concorrência, com o critério de julgamento por técnica e preço e o modo de disputa fechado, revela-se plenamente adequada, eficiente e alinhada aos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da busca pela melhor solução técnica, conforme preconiza a Lei n. 14.133/2021.

A proposta de preços a ser apresentada, terá validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação, onde deverá constar:

O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;

Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e,

Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

DA PROPOSTA DE PREÇO

A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no mês-base do orçamento – abril/2025, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução do serviço objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

Deverá ser apresentada a Planilha orçamentária analítica.

O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se as Tabelas de Preços SICRO do DNIT, bem como tomando como base os orçamentos anteriores já licitados por este Departamento.

As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI): Tabela de Preços de Consultoria - 45,07% (quarenta e cinco vírgula sete por cento), conforme Adendo BDI Consultoria ([0062118555](#)), Tabela de Preços de Construção - 29,55% (vinte e nove vírgula cinquenta e cinco por cento), conforme Adendo BDI Construção Rodovia ([0062117150](#)) e Tabela de Preços de OAE - 31,79% (trinta e um vírgula setenta e nove por cento) conforme Adendo BDI OAE ([0062117064](#)).

Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado no Cronograma Físico Financeiro apresentado no Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)). Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela contratante.

A proposta, que compreende a descrição do material e/ou serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar 54, neste Projeto Básico de Licitação e no Edital e seus anexos.

Prazo de **validade e garantia da proposta de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

A planilha orçamentária constante da proposta a ser apresentada deverá ser elaborada de acordo com a apresentada em Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)).

Devem ser apresentadas as descrições dos serviços, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)), **incluindo o Cronograma Físico Financeiro**.

Em consonância com o § 6º do Art. 23 disposto na Lei n. 14.133/2021, será exigido dos licitantes, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético disponibilizado por este DER-RO.

A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo DER, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço.

Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigada a seguir os parâmetros de composição do SICRO.

A licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

As empresas deverão apresentar nas propostas, a composição detalhada de formação da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

Referência de Preços: Sistema de Custos Referenciais (SICRO) Rondônia, **MÊS-BASE DE ABRIL/2025**.

É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade do valor apresentado para a contratação com o valor apresentado pelas licitantes.

Todos os custos com mobilização e desmobilização de equipamentos necessários, deslocamento para as vistorias *in loco* e a emissão de ART-CREA dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada e deverão estar inclusos na proposta de preço.

Na proposta de preços a ser apresentada, deverão constar o preço unitário em algarismos arábicos, arredondado em duas casas decimais. Preço Total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional. Nele deverão estar incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer.

A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este Projeto Básico de Licitação devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação.

A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

As regras de desempate entre propostas são discriminadas no EDITAL.

Indicar em sua proposta de Preços - CNPJ e os dados Bancários (Banco, agência e conta corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

da proposta técnica

Deverá ser apresentada a Proposta Técnica, numerada, assinada por quem de direito, em uma única via, digitada em papel que identifique o licitante, em linguagem clara e objetiva, sem erros e rasuras ou entrelinhas e sua elaboração deverá ser apresentada podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4. Deverão ser objetivas e consistentes, limitando-se, cada um, em 40 páginas e conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido neste Projeto Básico de Licitação (critério pontuação proposta técnica) com a seguinte disposição:

Índice, contendo o título de cada capítulo e o número da respectiva página;

Apresentação da Proposta, com o nome da empresa, o objeto da proposta, o número do edital e outras informações relevantes para a apresentação da Proposta Técnica.

Corpo da Proposta, onde deverão ser expostos:

Conhecimento do Problema: Deverá ser demonstrado o conhecimento, por parte da licitante, do (s) trecho(s) e da(s) região(ões) onde está(ão) inserido(s), abordando os aspectos inter-relacionados entre ambos, além de análise das soluções técnicas previstas.

Plano de Trabalho: Deverá ser demonstrado conhecimento dos objetivos deste Projeto Básico de Licitação, dos dados existentes e do conhecimento do problema, expostos de forma resumida, analisando-se os aspectos executivos relevantes a serem considerados.

Capacidade Técnica da Proponente: Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA e/ou CAU, de modo a comprovar a execução dos serviços especificados para a presente contratação.

Capacidade da Equipe Técnica: Experiência profissional nas funções definidas adiante, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

Desempenho da Licitante em Contratações Anteriores: Será realizado a análise do desempenho de fornecedores em contratações similares, como critério de qualificação técnica, visando mitigar riscos de inexecução contratual e assegurar a eficiência na entrega dos objetos licitados.

Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas ao Anteprojeto da Administração.

Caso seja apresentado projeto com solução ou metodologia diversa da adotada no Anteprojeto de engenharia, o que poderá ser feito apenas na fase de propostas e no intuito de entregar produto com melhor desempenho e eficiência benéfica da execução, a contratada deverá apresentar um estudo de vantagem técnica, com base nos seguintes parâmetros técnicos:

Durabilidade da obra comprovadamente igual ou superior a solução técnica do anteprojeto.

Características geométricas, de segurança e conforto equivalente ou superior a solução técnica do anteprojeto.

Grau de Interferências no tráfego durante a execução das obras equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.

Grau de Interferências ambientais equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.

Grau de interferência de áreas atingidas e necessidade de desapropriações não previstas no anteprojeto.

Grau de Interferências na vizinhança (acessos a propriedades, ruídos, poeira, travessias entre outros) equivalente ou menor que as interferências pela solução técnica do anteprojeto.

Grau de manutenção da solução proposta.

Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

A apresentação do projeto básico de engenharia e a verificação da compatibilização com o anteprojeto do certame não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo de engenharia, bem como pelas etapas subsequentes.

A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos.

A empresa, ao final da obra, deve apresentar a fiscalização do DER o projeto “*as built*”.

Os subcritérios de aceitabilidade estão contidos neste Projeto Básico de Licitação, parte integrante do Edital de Licitação.

determinação da pontuação da proposta

A análise da pontuação deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei n. 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o [§ 3º do art. 88 desta Lei](#) e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA TÉCNICA

A Habilitação Técnica será avaliada através dos itens que demonstrem a capacidade da licitante em desenvolver os serviços objeto do Edital (Conhecimento dos Serviços a Realizar e Plano de Trabalho), os quais serão pontuados segundo os critérios de pontuação definidos nas seções a seguir.

Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, e deverão estar padronizados de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.

A pontuação a ser atribuída aos Licitantes obedecerá aos critérios abaixo estabelecidos, resumidos na abaixo, e as notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos (duas decimais), de acordo com os critérios da NBR-5891, ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

Pontuação Da Proposta Técnica

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	
REQUISITOS	NOTA MÁXIMA (PONTOS)
1.0 CONHECIMENTO DO PROBLEMA	10
1.1 Aspectos gerais da estrutura existente e da região	4
1.2 Aspectos hidrológicos e de drenagem	2
1.3 Aspectos geotécnicos e de pavimentação	2
1.4 Aspectos Ambientais	2
2.0 PLANO DE TRABALHO	10
2.1 Metodologia	2,5
2.2 Cronograma para execução dos serviços	2,5
2.3 Utilização da equipe por serviço	2,5
2.4 Organização para execução dos serviços	2,5
3.0 CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE	40
3.1 Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais	6
3.2 Elaboração de Projetos Executivos Geométricos	14

3.3	Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais	6
3.4	Execução de Projetos Geométricos	14
4.0	CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA	30
4.1	Engenheiro Coordenador Geral	7,5
4.2	Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	7,5
4.3	Engenheiro/Projetista de Projeto Geométrico	7,5
4.4	Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	7,5
5.0	DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES	10
TOTAL MÁXIMO		100

CONHECIMENTO DO PROBLEMA - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:

Com pontuação máxima de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, de acordo com Quadro 01 (Pontuação da Proposta Técnica).

As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

1. Aspectos gerais da estrutura existente e da região;
2. Aspectos hidrológicos e de drenagem;
3. Aspectos geotécnicos e de pavimentação;
4. Aspectos Ambientais.

NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO: O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(Zero pontos)**.

INSUFICIENTE: Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(2 Pontos)**.

REGULAR: Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(5 Pontos)**.

BOM: Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(8 Pontos)**.

SATISFATÓRIO/ EXCELENTE: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(10 Pontos)**.

PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:

Com pontuação máximo de **10 (dez) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme critério abaixo, de acordo com Quadro 01 (Critério Pontuação da Proposta Técnica).

As classificações a serem adotadas quando da análise do conhecimento do problema devem ser analisadas para cada item constante no quadro, a saber:

1. Metodologia;
2. Cronograma para execução dos serviços;
3. Utilização da equipe por serviço;
4. Organização para execução dos serviços.

NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO: O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas (**Zero**).

INSUFICIENTE: Texto e informações incompletas; tópicos do problema/ objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado. (**2 Pontos**).

REGULAR: Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**5 Pontos**).

BOM: Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**8 Pontos**).

SATISFATÓRIO/ EXCELENTE: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**10 Pontos**).

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE - VALOR MÁXIMO = 40,00 PONTOS:

No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo **40 (quarenta) pontos**, conforme Quadro 01, às empresas que comprovarem sua experiência através de certidões e/ou atestados a efetiva participação da empresa e/ou de seus responsáveis técnicos na elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Obra de Arte Especial compatíveis com objeto da licitação, semelhante ao objeto deste Projeto Básico de Licitação, executados para órgãos públicos, devidamente certificados pelo conselho profissional competente, obtida pela soma de pontos de acordo com os seguintes critérios abaixo:

Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

Elaboração de Projetos Executivos Geométricos: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: **1 (um) ponto** por atestado na área especificada, com o máximo de 6 (seis) atestados totalizando **6 (seis) pontos**.

Execução de Projetos Geométricos: **2 (dois) pontos** por atestado na área especificada, com o máximo de 7 (sete) atestados totalizando **14 (quatorze) pontos**.

Os atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos itens de projeto como nos itens de construção. A saber, os atestados a serem considerados devem possuir compatibilidade com o objeto na seguinte proporção:

1. Elaboração de Projetos Executivos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a elaboração de projetos executivos de OAE de área igual ou maior que 135 m².

2. Elaboração de Projetos Executivos Geométricos: Atestado referente a elaboração de projetos executivos geométricos de área igual ou maior que 135 m².
3. Execução de Projetos de Obras de Arte Especiais: Atestado referente a construção de OAE de área igual ou maior que 135 m².
4. Execução de Projetos Geométricos: Atestado referente a execução de Projetos Geométricos de área igual ou maior que 135 m².

AValiação da Capacidade Equipe Técnica - Valor Máximo = 30,00 Pontos:

Com pontuação máxima **30 (trinta) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à Licitante, conforme tabela a seguir, de acordo com os atestados constantes nos currículos dos profissionais de nível superior (porte e complexidade dos trabalhos, formação profissional, e tempo de exercício profissional).

Os currículos de cada membro da Equipe Técnica devem conter no máximo 05 (cinco) Atestados/Certidões de Acervo Técnico, que comprovem sua responsabilidade técnica na elaboração de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, além de serem compatíveis com a função que desempenharão na equipe. Os atestados a serem considerados devem perfazer o quantitativo referente a 50% do quantitativo a ser considerado tanto nos requisitos de projeto como nos requisitos de construção. Será indispensável a inclusão de profissionais com experiência, nas seguintes funções e áreas de especialização:

Pontuação da equipe técnica por atestado/certidão

PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA POR ATESTADO/CERTIDÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL	Pontos por atestado	Pontuação Máxima
Engenheiro Coordenador Geral	1,5	7,5
Engenheiro/Profissional Especialista em Drenagem/Hidrologia	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista de Projeto Geométrico	1,5	7,5
Engenheiro/Projetista de Projeto de Obras de Arte Especiais	1,5	7,5

Apresentar somente o número de atestados exigidos e suficientes para a comprovação e destacar/grifar os itens que comprovarão as exigências.

Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederam ao número solicitado serão desconsiderados.

A EQUIPE TÉCNICA compreende também a apresentação da relação nominal dos profissionais de nível superior e médio a serem alocados aos trabalhos, com seus respectivos currículos e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe e que não serão pontuados.

ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - Valor Máximo = 10 Pontos:

Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei n. 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

Será considerado o valor acumulado dos serviços de engenharia referentes à elaboração de projetos já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação. A pontuação a ser adotada para a proposta técnica, terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Atribuição de Notas por desempenho em contratações anteriores

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos (Tipo A)
> R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	5,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	3,00
< R\$250.000,00	0,00

Serão considerados os serviços apresentados referente a supervisão de obras e serviços de engenharia, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra cadastrada no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0 (zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei n. 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei n. 8.666/1992).

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA PROPOSTA DE PREÇO

Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a [IN SEGES/MGI, de 02 de Fevereiro de 2023](#), do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

"III - procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada."

RESULTADO FINAL DA PONTUAÇÃO

O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$$

NF = Nota final da proposta.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

Quando do julgamento das propostas, será designada a banca avaliadora nomeada através de portaria, para avaliação das pontuações em conformidade com o artigo 37 da lei n. 14.133/21.

A banca para atribuição de notas deverá ser formada por no mínimo 3 membros, em consonância com os termos do art. 37 da Lei 14.133, devendo ser composta por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública ou profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da referida Lei.

DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução do serviço, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, conforme modelo de Declaração de conhecimento do local dos serviços ([0062287697](#)), podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita apenas se apresentar declaração formal, conforme modelo de Declaração de não realização da visita ([0062288578](#)), assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

A empresa interessada deverá apresentar declaração de visita e conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 62 da Lei Federal n. 14.133/21.

A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

Quaisquer informação em relação à visita poderá ser obtida junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do *E-mail*: cppoo@der.ro.gov.br – Edifício Rio Jamary - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação a declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita.

DA habilitação

Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos I ao IV, da Lei n. 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores dos seus administradores;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do participante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1) Para comprovação da boa situação financeira da participante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo	Circulante	+	Realizável	a	Longo	Prazo
LG	=	-----		igual	ou	a 1
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante						

Ativo						Total
SG	=	-----		igual	ou	a 1
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante						

Ativo Circulante

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

LC = ----- igual ou superior a 1
Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo com o §4º do art. 69. da Lei n. 14.133/2021.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

b.6.) As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

Em se tratando de Consórcio, para o caso de comprovação do patrimônio líquido, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos valores exigidos para a participante individual.

RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa a ser contratada e registro dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa a ser contratada em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme Art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/21;

O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância nos serviços compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

No caso de a empresa participante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Rondônia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;

A qualificação técnica da participante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a participante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional.

Durante todo o período de execução do objeto, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Capacidade Operacional - A participante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos serviços de maior relevância na obra (consideradas as atividades que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação), a seguir relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Estrutura em chapa de aço ASTM A36 corte, solda e montagem -fornecimento e instalação	DER-RO	Serviço	kg	27.380,83
2	Projeto Executivo		Não cadastrado	m²	135,00
3	CONCRETAGEM DE CORTINA DE CONTENÇÃO, ATRAVÉS DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_11/2024	SINAPI	Serviço	m³	102,09
4	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 2.000 a 2.500 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	SICRO NOVO	Serviço	m³	10.653,50
5	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	SICRO NOVO	Serviço	m³	15.576,41
6	Estaca trilho TR 68 - fornecimento e cravação	SICRO NOVO	Serviço	m	198,55

Para o objeto em questão, após elaboração e análise da Curva ABC de serviços, excetuando-se os itens referentes aos serviços preliminares e à Administração Local, infere-se que os serviços que tecnicamente são de maior relevância, compõe a parcela de valor representativo igual ou acima de 4% (4 por cento) do valor total estimado da contratação.

O entendimento técnico é de que os serviços mais relevantes para construção do objeto são os serviços anteriormente discriminados, sendo: (1) Estrutura em chapa de aço ASTM A36 corte, solda e montagem -fornecimento e instalação; (2) Projeto Executivo; (3) CONCRETAGEM DE CORTINA DE CONTENÇÃO, ATRAVÉS DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_11/2024; (4) Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 2.000 a 2.500 m - caminho de serviço em revestimento primário - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³; (5) Compactação de aterros a 100% do Proctor normal; (6) Estaca trilho TR 68 - fornecimento e cravação.

A exigência de comprovação de capacitação técnico-profissional **deve restringir-se às parcelas que sejam de maior relevância e valor significativo**, conforme impõe o § 1º do art. 67. da Lei 14.133/2021, e só pode ser feita quando indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Os serviços foram limitados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, dessa forma, foram consideradas as parcelas que tem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, portanto, serão exigidos os atestados de capacidade técnica de tais serviços.

Em relação ao item 2 - Projeto Executivo, apesar de no orçamento, bem como na curva ABC de Serviços constar a unidade em "m", para fins de cálculo da quantidade mínima a ser exigida para a comprovação da capacitação técnico-operacional, o critério utilizado foi o de 50% (cinquenta por cento) da área da ponte (que apresenta comprimento de 30,00m e largura de 9,00m), representando uma área de 135,00 m².

Em conformidade com o § 12 do Art. 67 da Lei 14.133/21, na documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

A nova Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 67. Portanto, por interesse da Administração e pautada no § 2º do art. 67 da Lei 14.133/21, serão exigidos atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o parágrafo § 1º, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

A exigência de quantidade mínima está fundamentada no Acórdão n. 3.663/2016-TCU:

"É irregular a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não houver comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório. (ACÓRDÃO TCU 3.663/2016)

Também no Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário:

"1 – É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativos mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos." Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

No Acórdão nº 3.070/2013, o Relator entendeu que é "imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados."

5. Como salientado pela instrução, este Tribunal evoluiu sua jurisprudência para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional (acórdãos 1.214/2013 e 3.070/2013 do Plenário).

6. Assim, é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados.

[...]

10. Lembro que a representante se insurgiu contra o fato de ser exigida experiência técnico-profissional anterior, o que, entretanto, tem sido admitido pelo TCU em jurisprudência mais recente, já que a administração pública tem o dever de buscar se resguardar de obras mal feitas.

11. Não vejo problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos.

[...]

13. Concluo, assim, que as exigências objetivaram contratar empresa e profissionais com capacidade técnica suficiente para garantir uma obra de qualidade. Além disso, o edital exigiu ART ou RRT de profissionais que **participarão** da obra, e não que esses já pertencessem aos quadros da empresa por ocasião da licitação. Logo, não se configurou restrição à participação no certame e não se onerou em demasia os interessados em dela tomar parte. Acórdão n. 534/2016-Plenário, TC 004.974/2016-6, rel. Min. Ana Arraes, 9.3.2016.

Portanto, por interesse da Administração e pautada nos acórdãos anteriores, foi exigida capacidade técnica equivalente a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância na obra, tendo em vista a importância do objeto.

O item relacionado acima deverá ser comprovado através de certidões e/ou atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente comprovados.

A comprovação deve ser feita mediante a apresentação de documentação (atestados) que declare a experiência anterior da licitante em trabalhos semelhantes. Cabe observar que a semelhança é referente às características técnicas, dos serviços. Nesse sentido, não bastam que os serviços sejam semelhantes, há de se demonstrar também que as quantidades executadas anteriormente são compatíveis com as que se pretende executar.

A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

Deverá ser apresentada declaração formal emitida pela empresa a ser contratada de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme Declaração de disponibilidade de equipamentos ([0057565928](#)). Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria *in loco* pelo DER/RO, sempre que necessário.

Capacidade Profissional - A participante deverá, obrigatoriamente, comprovar a disponibilidade de profissionais de nível superior, mediante contrato de prestação de serviços, e apresentar relação dos serviços executados por este profissional, constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto da licitação.

Caso o profissional não possua contrato de prestação de serviços firmado com a empresa, esta deverá apresentar atestado do profissional para “compromissos futuros”.

O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

A empresa a ser contratada deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Estes atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das empresa a serem contratadas.

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

Quando a certidão e /ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação, pelo menos um dos seguintes documentos:

Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;

Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;

Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

A participante deverá anexar o Registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Profissional competente, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas.

CONSÓRCIO

Conforme **previsto no item 15** deste Projeto Básico de Licitação, sobre a participação de consórcio, deverá ser observado o estabelecido no Art. 67, §§ 10, 11 e 12 da Lei 14.133, de 2021:

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

OUTROS DOCUMENTOS

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Será exigida do participante declaração, de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, em conformidade com o inciso IV Art. 63. da Lei 14.133/21.**

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal nas leis trabalhistas**, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, **sob pena de desclassificação, em conformidade com § 1º inciso IV Art. 63. da Lei 14.133/21.**

Relação explícita e formal de disponibilidade das instalações e aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação, ainda a qualificação de cada membro da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos de acordo com modelos em anexo.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Os documentos de habilitação, bem como as propostas poderão ser diligenciadas, aos termos do §2º do Art. 59 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – CNDT;

Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

da estimativa do valor da contratação

O orçamento estimado para 09 (nove) meses previsto na Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico de Licitação, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, encontra-se no Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)). A licitante vencedora o usará como base para formulação de sua proposta.

A Tabela abaixo, contém as informações essenciais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.	UND	1,00	R\$ 4.933.101,65 (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos)	R\$ 4.933.101,65 (quatro milhões, novecentos e trinta e três mil cento e um reais e sessenta e cinco centavos)

Quanto à elaboração do orçamento referente à presente contratação, cumpre salientar que no presente processo existe um anteprojeto para a ponte em questão, sendo este anteprojeto utilizado como meio de definição do objeto para o atendimento da necessidade.

Desta forma, a determinação da estimativa de custos da presente contratação prosseguiu de acordo com o § 5º do Art. 23, in verbis:

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto."

O § 2º do Art. 23, por sua vez, estabelece que:

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

serviços de engenharia;
II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

Ante o exposto, devido ao fato de que o presente processo visando contratação integrada apresenta anteprojeto como meio de definição do objeto a ser licitado, a planilha orçamentária de estimativa de custos fora elaborada com base no anteprojeto, o qual permite estimativa de preço baseada em orçamento sintético, que por sua vez, fora elaborado com base em composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO).

Em suma, cada custo envolvido no serviço aqui tratado e indicado em Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)) fora calculado considerando o levantamento de quantitativos necessários de cada serviço bem como os preços unitários para cada serviço praticado pelo SICRO. Os custos, portanto, são justificados com base nos quantitativos de materiais, equipamentos e mão de obra necessários para cada serviço e nos preços destes determinados através do sistema referencial de preços SICRO.

da adequação orçamentária

O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária de acordo com Despacho DER-GPLAN (id. [0062596375](#)), quadro transcrito abaixo:

Quadro de Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1515	451	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103	11025	44.90.51

do instrumento contratual e DOS PRAZOS

Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” **dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se á como expedida no último dia do mesmo prazo.

O prazo previsto para execução total dos serviços será de 270 (duzentos e setenta) dias. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pelo DER-RO, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

O prazo de vigência do contrato se estenderá por mais **135 (cento e trinta e cinco) dias**, além do prazo de execução, totalizando **405 (quatrocentos e cinco)**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

Havendo ordem de paralisação do contrato, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõe o objeto contratual deste instrumento. Portanto, serão expedidas ordens de serviços diferentes para os serviços de elaboração de projetos e para o serviço de execução da obra.

As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

Para a elaboração dos projetos básico e executivo

Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;

A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários do projeto, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção do projeto, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.

O prazo para elaboração dos projetos básico e executivo será de **90 (noventa) corridos** a partir da emissão ordem de serviço, devendo os projetos serem entregues em sua totalidade até esse prazo. Cabe salientar que após esse prazo de 90 (noventa) dias, o cronograma contempla um período de 30 (trinta)

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

dias corridos para análise. Totaliza-se assim, um período de **120 (cento e vinte) dias** para a elaboração, análise e aprovação dos projetos básico e executivo, conforme Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)).

Conforme explicitado no Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)), ao final dos primeiros 30 (trinta) dias, para fins de entrega do 1º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: estudo hidrológico, estudos topográficos, estudos geotécnicos e sondagens. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.

Completados 60 (sessenta) dias, para fins de entrega do 2º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: projeto geométrico, projeto de terraplenagem e componente ambiental. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.

Ao final dos 90 (noventa) dias, os demais componentes deverão ser entregues, a saber, o Projeto de OAE, projeto de obras complementares, projeto de drenagem, projeto de sinalização, bem como o orçamento e plano de execução. Ressalta-se que ao final desse período, todos os projetos e estudos deverão estar finalizados e serem entregues a título de projeto executivo.

O prazo para correção dos projetos básico e executivo realizada pela contratada será de 15 (quinze) dias corridos a partir da análise dos projetos realizada pela contratante.

O prazo para reanálise dos projetos básico e executivo realizada pela contratante será de 10 (dias) úteis a partir da entrega da versão corrigida dos projetos em questão pela contratada.

Os projetos básicos e executivos elaborados pela empresa contratada somente deverão ser aprovados pelos responsáveis técnicos pela análise da mesma caso atendam integralmente às premissas e condições de desempenho estabelecidas inicialmente no anteprojeto.

Para a execução da obra

Prazo de início: a execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a execução da obra emitida pelo DER-RO;

O prazo para execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço para a execução da obra, devendo a contratada submeter à aprovação do DER/RO a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

Para a execução da obra, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos devidamente aprovados por este DER-RO, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.

A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

Prazo de verificação de pendências:

Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e,

A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

DA REVISÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

Em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Os aditamentos contratuais somente serão concedidos quando em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021 e nos casos em que o valor acumulado das alterações superar o percentual de 4% (quatro por cento) do valor originalmente contratado. Alterações cujos montantes sejam inferiores a esse limite serão absorvidas pela contratada, considerando-se que tais variações não representam impacto significativo à execução do objeto contratado. Essa medida visa garantir a previsibilidade financeira da contratação, estimular a eficiência na gestão dos recursos e evitar ajustes contratuais de pequeno valor que possam comprometer a celeridade e a economicidade do processo.

A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **SICRO – Mês base abril/2025** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

O reajustamento dos serviços deve ser realizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024 e suas alterações, bem como de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

Quando o reajustamento for solicitado pela contratada, este deve demonstrar o período sobre o qual está solicitando o reajuste e os respectivos cálculos devidos a esta solicitação.

Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:

Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

Fórmula de Reajustamento:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Justifica-se a sua adoção atendendo aos princípios públicos da equidade e do equilíbrio econômico-financeiro frente a condições imprevisíveis e/ou mudanças no cenário econômico que inviabilizem a execução total do objeto.

Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n. 28.874/2024).

Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:

requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,

planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

DA GARANTIA DO CONTRATO

A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, observando o §3º do Art. 96 da Lei Nº 14.133/21, sendo

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

fixado o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

Seguro-garantia;

Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Projeto Básico de Licitação e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

Em atenção ao Art. 102 da Lei nº 14.133/2021, na presente contratação de obra especial de engenharia, pautado na vantajosidade da contratação, não será adotada a cláusula de retomada da modalidade de seguro-garantia. A cláusula de retomada é mais comum em contratos de obras e serviços de engenharia de grande vulto (Art. 99), definidos pela legislação como aqueles com valores significativos (acima de R\$ 250,9 milhões em nível federal, ou R\$ 50 milhões em alguns estados). Levando em consideração as dificuldade impostas pelas seguradoras e que esta obra não se enquadra dentro dos parâmetros financeiros de obra de grande vulto, a cláusula de retomada não será obrigatória, ficando sob a incumbência da contratada a sua adoção.

modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Do Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

Da Fiscalização de contrato/Da Fiscalização Administrativa

A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, obedecerá às obrigações descritas Art. 21 e 22 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

Da Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais

Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas neste Projeto Básico de Licitação, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.

O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

da inexecução e da EXTINÇÃO dos contratos

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei n. 14.133/2021.

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei n. 14.133/2021.

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição do Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente a execução realizada, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada o contraditório e a ampla defesa.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

Procedimentos de Transição:

Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, **conforme descrito no item VII**, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

Procedimentos de Finalização:

Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal **conforme item V**.

Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na **alínea d) do item II**;

Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na **alínea d) do item II**;

Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal.

condições de RECEBIMENTO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/ SERVIÇOS:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

Serão realizados os recebimentos provisórios tanto dos projetos quanto da execução da obra;

Quando os serviços/obras contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante;

O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a emissão do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS:

Serão realizados os recebimentos definitivos tanto dos projetos quanto da execução da obra;

O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

A aceitabilidade da obra/serviços deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta elaboração e execução do projeto de engenharia aprovado, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento as normas e especificações vigentes.

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da

Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços/obras prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviços/obras nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

A Contratada deverá entregar a serviços/obras em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega da obra, consignando-se os motivos.

Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à correção de eventuais falhas decorrentes de execuções incorretas;

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na fase de recebimento;

As aprovações dos projetos, bem como da obra, serão realizadas dentro do prazo estabelecido, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado aos serviços/obras entregues e não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 2002);

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sempre juízo da aplicação de penalidades.

Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DA MEDIÇÃO

Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos ([0061643184](#)) e Nota Técnica 5 ([0057731401](#)), enquanto os serviços de execução do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), na Nota Técnica 5 ([0057731401](#)) e nas peças técnicas referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, além dos documentos necessários a cada medição como nota fiscal assinada pelos fiscais, relatório fotográfico, entre outros, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar 54.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento, a exemplo da terraplenagem pronta necessitar de drenagem superficial para que não haja perda de serviços já executados.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico de Licitação e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS/OBRAS

Os serviços/obras serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação pela fiscalização.

As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

As medições serão feitas mensalmente, e em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

Em ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.

Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de Cujubim.

As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras/serviços, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente ao serviço de projetos, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) Nº.....;

Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado.

Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente à obra, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;

Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;

Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;

Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;

Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL;

O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.

A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN (ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S"

O Contratado deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro e a Curva “S”.

Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação de acordo com a Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

Detalhar as atividades, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.

Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá ser construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

DO PAGAMENTO

Em consonância com o Art. 190 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, o pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, em conformidade com a Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços e emitido o atestado de conformidade. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

Será observado o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = $(TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que

motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos neste Projeto Básico de Licitação e no respectivo cronograma.

A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

DAS OBRIGAÇÕES da contratante

Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto desta licitação.

Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

das OBRIGAÇÕES DA contratada

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Projeto Básico de Licitação e Anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008;

Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, Sempre que solicitado pela Administração, no prazo 20 (vinte) dias consecutivos, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021;

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento **no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar de sua notificação para essas finalidades;

De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Projeto Básico de Licitação, em plena validade.

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de _____, DECLARO, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de _____ de 20____, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

das sanções e infrações administrativas

O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):

dar causa à inexecução parcial do contrato;

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

dar causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

De acordo com o Artigo 156 da Lei n. 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei n. 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Projeto Básico de Licitação e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021:

Inexecução total ou parcial do contrato;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Comportamento inidôneo;

Fraude fiscal;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia

10	Cumprir quaisquer dos itens deste Projeto Básico de Licitação e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

() Incide sobre a parte inadimplida.*

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.

Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.

Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 35.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

do mapa de risco e MATRIZ DE RISCOS

A nova Lei de licitações 14.133/2021 em seu Art. 22. traz a seguinte recomendação:

§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

O Decreto Estadual n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, infere que:

Art. 40. Os órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas contratações de serviços caso o valor estimado superar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por exercício.

O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas no Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos ([0056426324](#));

O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos apresentadas em Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos, tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes;

A Matriz de Risco disposta no item 23 do Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#)), segue transcrita no quadro abaixo:

Matriz de alocação de Riscos

FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de projetistas especializados na elaboração de projetos de pontes mistas.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante

	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido à alterações no contrato solicitadas pela Administração.	Necessidade de renegociar termos contratuais.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário, no que diz respeito aos termos contratuais.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas.	Atraso na entrega do projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento elaboração projeto.	Atrasos na entrega do projeto.	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de	Contratante/Contratada

			gerenciamento de projetos eficientes	
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na elaboração do projeto	Erros na elaboração e na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no anteprojeto ou no projeto básico de engenharia.	O projeto básico e/ou executivo elaborado pelo contratado não é aprovado pela administração ou por outros órgãos licenciadores. Necessidade de refazer o projeto. Aumento de custos. Atraso no cronograma.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de supervisora. Estabelecimento de requisitos de habilitação de licitantes adequados. Celebração de termos de aditamento contratual, nos regimes de empreitada.	Contratada
	Inadequação para dos serviços qualidade, quantidade e custo	Alteração dos custos de implantação e inadequação dos serviços.	Responsabilidade da solução de engenharia do contratado. Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos. Contratação de seguro performance. Fornecimento dos elementos de projeto.	Contratada

			Remuneração de risco.	
	Atraso na elaboração dos projetos básicos e/ou executivo, gerando custos adicionais.	Atraso na execução do objeto contratual.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	Contratada
	Não aprovação dos projetos pelo contratante.	Atraso na execução do objeto contratual. Custos adicionais com o refazimento dos projetos.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato	Contratada
FASE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de construtoras especializadas na construção de pontes mistas.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na execução, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento	Necessidade de reajustamento Contratual.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento	Contratante/Contratada. Quando o atraso/paralisação se der por

	referencial estipulado em contrato.		quando necessário. Verificar se houve atrasos/paralisações e os responsáveis.	responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos Geotécnicos	Mudanças na seção transversal do rio	Mudança no escopo da mesoestrutura do projeto e/ou fundações; necessidade de escavações.	Realizar estudos topobatimétricos detalhados no eixo da construção da ponte. No entanto, vale ressaltar que este é um caso excepcional, sendo, em geral, impossível sua previsão em virtude da natureza do serviço, portanto, nestes casos deve ser realizado um trabalho em conjunto visando	Contratante/Contratada

			a melhor solução a ser adotada.	
	Problemas correlatos ao o solo, tais como a variabilidade destes de acordo com sua extensão e profundidade.	Mudança no escopo, no volume e na profundidade de assentamento da fundação, podendo ser necessária quantidade maior de materiais, de tratamentos especiais com maior consumo de aço e/ou concreto e/ou, ainda, mudança na técnica de construção prevista, bem como no volume de escavação. Possíveis alterações nos custos.	Realizar estudos geotécnicos anteriormente ao início da obra no local de implantação das fundações sempre que possível. No entanto, tendo em vista ser uma situação cuja verificação só é possível durante a execução, se faz necessário realizar a adequação do escopo e de quantitativos de acordo com a demanda observada in loco durante a execução desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra.	Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
Riscos Ambientais	Mudanças nos regulamentos ambientais como	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das	Contratante/Contratada

	atualizações na legislação, novas restrições.		regulamentações, ajustes no projeto	
	Descobertas arqueológicas ou outras interferências relacionadas com patrimônio cultural	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Acionar as entidades competentes, seguir as diretrizes indicadas por estas, as quais o caso requer. Se necessário, realizar a readequação do projeto visando o menor impacto possível.	Contratante/Contratada
	Embargo em caso de irregularidade de passagem de fauna inferior e/ou superior	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Caso não tenha sido previsto em projeto, deve ser realizada a verificação in loco no início da obra acerca das condições de necessidade ambiental da implantação de passagem de fauna.	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido movimentações de terra	Erosões, recalques, desabamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada

Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação de trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores, logística inadequada, entre outros motivos.	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do produto final com riscos estruturais e/ou custos adicionais para substituição.	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares; Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de penalidades contratuais.	Contratada
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam materiais ou armazenamento	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade da	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir condições adequadas de	Contratante

	inadequado durante o transporte.	utilização do material.	armazenamento durante o transporte.	
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas não atendimento à diretrizes existentes.	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos referidos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras,	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada

	cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.			
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento de mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
Riscos Executivos	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de execução conforme cronograma físico-financeiro.	Contratada
	Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo.	Atraso no cronograma; aumento de prazo de execução.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratante/Contratada
	Variação de volume de material de limpeza, com adicional de carga, transporte e disposição	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, o reequilíbrio. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá	Contratante/Contratada

			direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.	
	Refazimento de serviços concluídos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio.	Contratante/Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos	Contratante

			para os servidores.	
	Dificuldade de atendimento ao cronograma financeiro previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada
	Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços devido à Metodologia de avaliação e quantificação ser subjetiva ou não proporcionar mecanismo para quantificar a demanda ou por execução incompleta dos serviços por parte da empresa.	Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra.	Contratante/Contratada
	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em	Contratante/Contratada

			conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	Contratada
	Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de viaturas para locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade	Contratante

			de empenho para viagens.	
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de iniciar a obra/serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações	Contratada

			trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, de laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, ocorrência de patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para o atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual; Postergação do início da obra; Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
	Situações de obra que configurem caso	Problemas que possam vir a	Analisar o caso de acordo com	Contratante/Contratada

	fortuito ou força maior como endemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras, ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	
	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu acompanhamento.	Contratante/Contratada
	Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Projeto Básico de engenharia, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada

	estarem devidamente calibrados.			
	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
	Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada durante a fase de projeto.	Alterações no cronograma. Necessidade de alteração de quantitativos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, bem como em caso positivo prosseguir com as alterações necessárias, em caso negativo, não aprová-las.	Contratante
	Mudança de traçado	Risco de não haver liberação para o contratado iniciar o empreendimento. Risco de não obter desocupação de áreas invadidas ou já desapropriadas. Mudança de prazo, mudança de custo e mudança de traçado	Realizar o levantamento das áreas, o cadastro e avaliação; Adequação de cronograma; Estimar o custo da desapropriação e relocação, incluindo indenizações.	Contratante/Contratada
	Mudança de origem de material, ou acréscimo do número de fontes devido ao esgotamento ou impossibilidade de	Necessidade de encontrar e realizar trâmites necessários para a utilização de novas jazidas bem como de demais	Conferir situações e capacidades das jazidas previstas em projetos previamente ao	Contratante/Contratada

	utilizar jazidas; Indisponibilidade ou baixa disponibilidade do material na região indicada para compra;	fornecedores. Atrasos no cronograma.	início da obra; Conferir disponibilidade de materiais nas regiões indicadas para compra; Buscar alternativas para a aquisição dos materiais necessários visando a garantia do custo-benefício.	
	Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retaludamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto	Alterações no cronograma. Necessidade de alterações quantitativas, bem como de prazo.	Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante
	Danos às propriedades vizinhas da obra devido à recalques do solo ou vibração excessiva.	Aumento do custo de execução. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.	Contratada

	Impossibilidade de trânsito durante a execução da obra devido ao trânsito de máquinas pesadas, trabalhadores, desenvolvimento de atividades pontuais, dentre outros.	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário e perda de produtividade, necessidade da execução de desvios. Necessidade de aditivos de prazo.	Propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais durante a fase de projeto. Durante a fase de execução da obra, prover rotas de acesso provisórias as quais possuam a menor adição de distância possível, garantindo ainda, as condições de trafegabilidade e conforto da via.	Contratada
	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante
	Necessidade de remanejamento de Linhas de energia, redes de telecomunicações, saneamento e demais interferências tanto de projeto, quanto executivas, em todas as áreas da obra, inclusive áreas de apoio, além daquelas claramente previstas	Paralisação da obra; Possível necessidade de aditivos de prazos.	Alterar sequência construtiva devido à reprogramação dos remanejamentos de redes de interferências.	Contratante/Contratada

	no Edital, seus anexos e nos critérios de pagamento - desde que mantido o traçado previsto no anteprojeto.			
--	--	--	--	--

A matriz de riscos é parte integrante deste contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório, que constituem riscos a serem suportados pelo contratante, riscos a serem suportados pelo contratado e os riscos a serem compartilhados pelas partes.

dos critérios de sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade que a CONTRATADA deverá obedecer são os dispostos abaixo, de acordo com o Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 e com o Art. 45 da Lei Nº 14.133/21, os quais estabelecem:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

Deve ser observado que os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

A Contratada deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente e à Contratante, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

RISCOS e IMPACTOS AMBIENTAIS/MEDIDAS MITIGADORAS

A execução de uma ponte mista em aço e concreto pode envolver diversos riscos e impactos ambientais em diferentes fases até a entrega final da obra. A Tabela, a seguir, apresenta alguns desses possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras:

Tabela 7 - Possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras

Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação
Extração e Produção de Materiais	Extração de minerais para produção de concreto e minério de ferro para produção de aço pode causar degradação do solo e impactos na biodiversidade	Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis de extração, utilizar materiais reciclados sempre que possível e promover a responsabilidade ambiental na cadeia de suprimentos
Transporte de Materiais	Emissões de gases de efeito estufa e poluição atmosférica durante o transporte de materiais e equipamentos, especialmente se forem realizados em longas distâncias	Utilizar transporte eficiente em termos de energia e priorizar fornecedores locais para reduzir as distâncias de transporte
Construção e Montagem	Geração de resíduos de construção, impacto no solo devido a movimentações de terra e utilização intensiva de recursos durante a fase de construção	Implementar práticas de construção sustentáveis, como a gestão eficiente de resíduos, reciclagem de materiais de construção quando possível e adoção de técnicas que minimizem a perturbação do solo.
Uso de Energia e Emissões durante a Construção	Consumo significativo de energia durante a construção e emissões associadas	Implementar práticas construtivas eficientes em termos de energia, incorporar fontes de energia renovável sempre que possível e compensar emissões de carbono
Ruído e Perturbação à Fauna	Ruído excessivo e perturbação ao habitat natural, afetando a fauna local.	Programar atividades ruidosas durante períodos específicos do dia e adotar medidas para proteção de habitats críticos e espécies vulneráveis.
Descarte de Resíduos de Construção	Descarte inadequado de resíduos de construção, contribuindo para a poluição e degradação ambiental.	Implementar sistemas de gestão de resíduos eficientes, reciclar materiais sempre que possível e seguir regulamentações locais para o descarte adequado
Desafios de Reabilitação Ambiental	Necessidade de reabilitação ambiental após a conclusão da construção	Desenvolver e implementar planos de reabilitação ambiental que incluam a

		restauração de áreas impactadas e a promoção da biodiversidade
--	--	--

DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

Todas as medidas propostas deverão constar no Plano de Gestão Ambiental da obra, elaborado pela empresa executora e acompanhado pela fiscalização do contratante.

Em caso de necessidade de supressão de vegetação não prevista, deverão ser adotadas medidas compensatórias, como plantio de mudas nativas ou outra ação ambiental, conforme orientação dos órgãos competentes.

do LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços referentes às obras de arte nas rodovias estaduais, bem como todo o trâmite relativo à supressão vegetal, se necessário, serão de responsabilidade do DER/RO.

O Processo em questão possui a Licença Ambiental Prévia n. 158660 ([0057650361](#)), estando sendo realizados os trâmites processuais para emissão das demais peças ambientais necessárias.

Ressalta-se que quando da necessidade de Emissão da Licença Ambiental de Instalação e da Licença Ambiental de Operação, fica a cargo do órgão contratante proceder com os trâmites processuais atinente, ficando a cargo da contratada a emissão dos projetos e documentações necessárias à obtenção do Licenciamento Ambiental e ao atendimentos das condicionantes apontadas pelo órgão emissor das licenças.

Ressalta-se que de acordo com a Lei n. 9.605 de 1998 ([0042809689](#)), que "*Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*", é terminantemente proibido o início da etapa de construção sem que tenha sido emitida a Licença de Instalação ou Autorização dos Órgãos ambientais competentes, conforme abaixo:

Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, **estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO dos órgãos ambientais competentes**, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Os autos de infrações e as sanções administrativas ao meio ambiente também estão embasados no Decreto n. 6.514 de 2008 ([0042809600](#)), conforme disposto no Art. 2º, "*considera infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente*", sendo que na Seção III do capítulo I elucida sobre todas as Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

A empresa vencedora providenciará o Licenciamento Ambiental junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas (áreas de empréstimos) a serem utilizadas.

JUSTIFICATIVA para EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS

A exclusão de pessoas físicas na presente licitação pode ser justificada por diversos fatores técnicos e administrativos, dentre os quais:

O objeto da licitação requer um alto grau de especialização e a capacidade de realizar uma gestão integrada de várias fases do projeto, desde o planejamento e projeto até a execução e finalização, bem como da construção da Obra de Arte Especial, neste cenário, empresas especializadas possuem equipes multidisciplinares com engenheiros civis, estruturais, e outros profissionais qualificados, além de equipamentos e estrutura adequada ao nível de serviço requerido, que garantem a excelência técnica necessária para um empreendimento dessa magnitude;

Empresas possuem maior capacidade financeira e estrutural para assumir os riscos associados ao projeto e execução, como imprevistos técnicos e variações de custo, além disso, a contratação de uma pessoa jurídica permite ao contratante beneficiar-se de garantias adicionais, como seguros e fianças, que asseguram a execução do contrato conforme previsto;

A Lei 14.133/2021, estabelece parâmetros e requisitos que são mais adequadamente atendidos por pessoas jurídicas, dada a complexidade e as exigências dos projetos de infraestrutura;

A coordenação e a integração de diversas etapas do projeto e da construção, incluindo estudos preliminares, projetos executivos, aquisição de materiais, logística e execução da obra, são atividades que demandam uma estrutura organizacional robusta e a capacidade de mobilizar recursos de forma eficiente, pessoas jurídicas possuem experiência em gerenciar contratos demandantes de maior logística, garantindo o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços prestados.

Portanto, a exclusão de pessoas físicas visa assegurar que o projeto seja realizado por entidades que possuam a estrutura, capacidade técnica, operacional e financeira adequadas para entregar uma obra complexa e de alta qualidade, minimizando os riscos e garantindo o melhor resultado para o interesse público.

DAS DESAPROPRIAÇÕES

Não há a previsão de desapropriação na área indicada para construção da ponte, por se tratar da atuação em área já existente. Entretanto, a Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.

A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada

Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes.

O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

dos casos omissos

Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Da fraude e corrupção

A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

DO FORO

Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes de execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO ACESSO AO SEI

As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com **PROCESSOS PARA ASSINATURA** na instituição.

O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.

Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha..

O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.

Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.

Mais informações: Entrar em contato com a Central de Atendimento da Setic. pelo e-mail: cadastrosei@setic.ro.gov.br, ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Declararam as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei n. 14.133/21).

A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei n. 14.133/21).

É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei n. 14.133/21).

Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do objeto fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

ANEXOS

Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#))

Solicitação de Compra - Contratação de Serviços ([0058726384](#))

Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos ([0056426324](#))

Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambi ([0053799666](#))

Nota Técnica 18 - Quantitativos de Elaboração de Projetos ([0053921324](#))

Declaração de conhecimento do local de serviços ([0057649091](#))

Declaração de Disponibilidade de Equipamentos ([0057565928](#))

Adendo Curva ABC de Serviços ([0057565993](#))

Quadro - Relação de qds. propostas ([0057780514](#))

Quadro - Habilitação QD. 1 ([0057780572](#))

Quadro - Habilitação QD. 2 ([0057780632](#))

Quadro - Habilitação QD. 3 ([0057780669](#))

Quadro - Habilitação QD. 4 ([0057780720](#))

Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#))

Memorial Descritivo - OAE ([0057774437](#))

Memória de Cálculo - OAE ([0057780228](#))

Anotação de Responsabilidade Técnica - Anteprojeto da Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057737866](#))

Adendo - Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#))

Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#))

Memorial Descritivo - Terraplanagem ([0057737300](#))

Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#))

Memorial Descritivo - Drenagem ([0057737362](#))

Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#))

Memorial Descritivo - Sinalização ([0057737413](#))

Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#))

Memorial Descritivo - Obras Complementares ([0057737562](#))

Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#))

Anotação de Responsabilidade Técnica - Anteprojeto complementares ([0057738338](#))

Nota Técnica 5 - Rodovia ([0057731401](#))

Estudo Hidrológico ([0057972050](#))

Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico ([0057972527](#))

Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico ([0057972952](#))

Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica ([0057973200](#))

Anotação de Responsabilidade Técnica Orçamento - Hívinna ([0062116034](#))

Adendo Relação de Pessoal ([0062116140](#))

Adendo Cronograma Perman. ([0062116335](#))

Adendo BDI OAE ([0062117064](#))

Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#))

Adendo BDI Consultoria ([0062118555](#))

Adendo Administração ponte ([0062120253](#))

Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#))

Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#))

Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#))

Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#))

Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#))

Anotação de Responsabilidade Técnica - Atualização de orçamento ([0062121856](#))

Declaração Orçamento ([0062121946](#))

Adendo Índice de reajustamento ([0062142549](#))

Declaração de conhecimento do local dos serviços ([0062287697](#))

Declaração de não realização da visita ([0062288578](#))

Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#))

Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#))

Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos ([0061643184](#)).

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
FÁBIO VIEIRA DE OLIVEIRA MIRANDA Presidente da Comissão Permanente de Licitação - DER/RO	IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO	
	THAMARA LETÍCIA SILVA MACHADO Engenheira Civil Gerente de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO	L. CAROLINA LISOWSKI Engenheira Civil Coordenadora da CPPOO/DER-RO
	POLIANA DE MELO PESSÔA Chefe de Equipe de Engenharia Gerência de Obras de Arte - CPPOO/DER-RO	
<u>Autorização pelo Ordenador de Despesas</u>		

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor-Geral do DER/RO

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de, pelo preço global de R\$ _____ (_____), para execução em ____ (____) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **DER/RO**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do **DER/RO**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e BDI de ...xx,xx% para bens e equipamentos e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

**CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO
(MODELO)**

(Proc.: 0009.009341/2024-46 CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO)

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Porto Velho – RO

CARTA DE FIANÇA R\$ _____

Pela presente, o Banco _____ com sede a rua _____ da cidade de _____ do Estado de _____ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma _____ sediada à rua _____ na cidade de _____ do Estado de _____ até o limite de R\$ _____ (_____), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º _____ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judicial com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º _____ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo _____ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em _____/_____/_____, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia _____ realizada em _____/_____/_____.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pelo **DER/RO**.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2025.

Banco

ANEXO VI

MODELO - SEGURO GARANTIA (Garantia Contratual)

(Verso da APÓLICE)

1. Objeto e Extensão do Seguro

As relações entre Tomador e SEGURADORA regem-se pelo estabelecido na proposta do seguro e condições contratuais desta APÓLICE, cujas disposições não interferem no direito da SEGURADA.

2. Valor da Garantia

O valor garantido pela APÓLICE deverá ser entendido como valor máximo nominal, ficando certo, entretanto, que caso esteja contratualmente previsto e exigido o reajuste monetário da garantia, a importância segurada será reajustada de forma automática, na mesma proporção.

3. Caracterização e Configuração do Sinistro

Confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela presente APÓLICE, a SEGURADA terá direito de exigir da SEGURADORA a indenização devida, quando resultar infrutífera a intimação extrajudicial de pagamento feita ao TOMADOR, não sendo necessária qualquer outra interpelação.

4. Indenização e sub-rogação

Caracterizado o sinistro e paga a indenização, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e ações da SEGURADA contra o TOMADOR ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao pagamento.

5. Isenção de Responsabilidade

A SEGURADORA ficará isenta de responsabilidade em relação a esta APÓLICE, nas seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou força maior; e
- b) descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade da SEGURADA.

6. A Seguradora dispensa expressamente qualquer notificação prévia relativa às modificações que a SEGURADA e o TOMADOR venham a introduzir no Contrato nº, no curso de sua execução, exceto se houver alteração no seu valor total.

7. Pluralidade das Garantias

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas de forma parcial o objeto exigido pela SEGURADA, a SEGURADORA responderá proporcionalmente com os demais participantes.

8. Extinção da Garantia

Para extinção da garantia desta APÓLICE, a SEGURADA fica obrigada a efetuar a devolução desse instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do TOMADOR.

9. FORO

As questões judiciais que se apresentem entre SEGURADORA e SEGURADA, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da SEGURADA.

Seguro-Garantia de Cumprimento do Contrato

APÓLICE N.º

A (SEGURADORA), principal pagadora, garante pelo presente instrumento à SEGURADA: (o Estado de, representada pelo, através da, -, instituída pela Portaria, reformulada e regulamentada pela Portaria,), as obrigações do TOMADOR: (Denominação Social, CGC e Endereço), até o valor de R\$..... (.....), permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral das obrigações garantidas.

Fica ainda declarado que esta Apólice é prestada para o seguinte objeto:(descrever o objeto) Garantia de fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assinadas pela Tomadora no instrumento contratual nº data do de

Data:/...../.....

(SEGURADORA)

ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: (**indicar nome, n.º de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

PESSOAL TÉCNICO

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pelo DER/RO, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.

ANEXO IX

COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS
INDIRETAS - BDI – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO X

COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS
- BDI - AQUISICÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS EM CONJUNTO COM OBRA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO XI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90207/2025/SUPEL/RO**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO A		
01	INSS	%
02	SESI OU SESC	%
03	SENAI OU SENAC	%
04	INCRA	%
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%
06	FGTS	%
07	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO/SAT	%
08	SEBRAE	%
09	SECONCI	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO B		
10	FÉRIAS	%
11	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	%
12	AUXÍLIO-DOENÇA	%
13	LICENÇA PATERNIDADE	%
14	FALTAS LEGAIS	%
15	ACIDENTES DE TRABALHO	%
16	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	%
17	13º SALÁRIO	%
18	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO C		
19	AVISO PREVIO INDENIZADO	%
20	INDENIZAÇÕES ADICIONAIS	%
21	INDENIZAÇÕES DE FGTS	%
SUBTOTAL=		%

GRUPO D		
22	INCIDENCIA DO GRUPO "A" SOBRE OS ITENS DO GRUPO "B"	%

GRUPO E		
23	INCIDENCIA DO GRUPO "A" SOBRE O ITEN 19 DO GRUPO "C"	%

TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		%
---------------------------	--	---

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO XII

MINUTA DE CONTRATO

Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO. N.º ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ____ E A EMPRESA ____ (NOME) ____.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de 202__, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO**, sediado a Rua ____ n.º ____, ____, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor ____, RG n.º ____, CPF ____, e a firma ____, CNPJ/MF n.º ____, estabelecida no ____, em ____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. ____, (nacionalidade), RG ____, CPF ____, residente e domiciliado na ____, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.009341/2024-46**, que deu origem a **Concorrência n.º __/202_/COOBR/SUPEL/RO**, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei n. 14.133/21, bem como o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.	UND	01

PARÁGRAFO SEGUNDO - Das informações essenciais:

- Rodovia:** RO-205
- Trecho:** km 11,20, entre o município de Cujubim e RO-133.
- Extensão:** 30,00 m
- Largura:** 9,00 m
- Localização:** [Google Maps](#)
- Município:** Cujubim
- Coordenadas:** 9°22'25.63"S 62°30'18.27"W
- SRE:** 205ERO0035 - Decreto Nº 27.282, DE 29 DE JUNHO DE 2022. ([0028658617](#))
- Modalidade:** Concorrência.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

10. Critério de julgamento: Técnica e Preço.

11. Regime de Contratação: Contratação Integrada.

12. Critérios de Medição: O serviço deverá ser executado conforme Especificação Técnica de serviço e Instruções presentes na Nota Técnica 15 ([0053799666](#)), a medição será dada de acordo com o disposto no Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#)).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas em todas as peças técnicas contidas no **Anteprojeto de Engenharia** disponibilizado pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços relacionados a **Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO** compreendem as seguintes atividades:

1. Serviços Preliminares;
2. Proteção do encabeçamento;
3. Infraestrutura;
4. Mesoestrutura;
5. Superestrutura;
6. Acabamento;
7. Terraplenagem;
8. Pavimentação;
9. Drenagem;
10. Sinalização;
11. Obras complementares;
12. Controle e recuperação ambiental.

PARÁGRAFO QUINTO - As práticas de execução deverão obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER/RO, as prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no Edital do processo [0009.009341/2024-46](#) da **Concorrência nº __/202_/COOBR/SUPEL/RO**.

PARÁGRAFO SEXTO - O anteprojeto de Engenharia a ser considerado está presente nos documentos Anteprojeto da Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos ([0061643184](#)) e Nota Técnica 5 ([0057731401](#)), enquanto os serviços de construção (execução) do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais ([0053799666](#)), na Nota Técnica 5 ([0057731401](#)) e nas peças técnicas (projetos) referentes à execução dos objetos entregues pela

contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

PARÁGRAFO OITAVO: Fora elaborado por este DER-RO, o anteprojeto relativo ao objeto, os quais foram divulgados com o edital da licitação, a serem considerados: Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Memorial Descritivo - OAE ([0057774437](#)), Memória de Quantitativos - OAE ([0057780228](#)), Adendo - Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Memorial Descritivo - Terraplanagem ([0057737300](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Memorial Descritivo - Drenagem ([0057737362](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Memorial Descritivo - Sinalização ([0057737413](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Memorial Descritivo - Obras Complementares ([0057737562](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)), Adendo Relação de Pessoal ([0062116140](#)), Adendo Cronograma Perman. ([0062116335](#)), Adendo BDI OAE ([0062117064](#)), Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#)), Adendo Administração ponte ([0062120253](#)), Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#)), Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#)), Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#)), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#)), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#)), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)), Adendo Índice de reajustamento ([0062142549](#)), Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)), Estudo Hidrológico ([0057972050](#)), Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico ([0057972527](#)), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico ([0057972952](#)) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica ([0057973200](#)).

PARÁGRAFO NONO - Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes no projeto básico de licitação e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto são previstas no Edital de licitação e seus anexos.

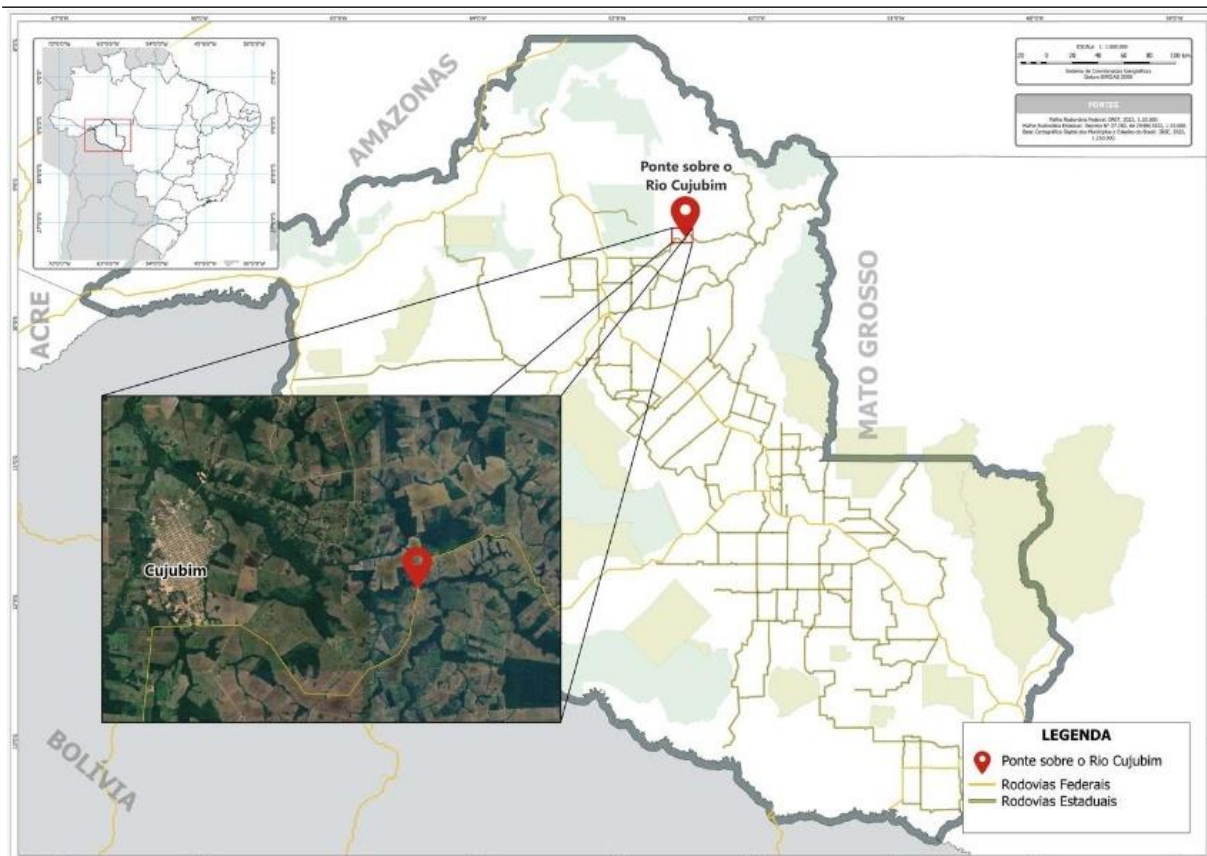
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Regime de Execução: O regime de execução adotado será por CONTRATAÇÃO INTEGRADA, por PREÇO GLOBAL.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Vinculam-se a este instrumento contratual, independentemente de sua transcrição:

1. O Estudo Técnico Preliminar;
2. O Projeto Básico de Licitação;
3. O Edital de Licitação;
4. A Proposta do contratado;
5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização



CLÁUSULA SEGUNDA — MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A solução para o objeto em questão é a contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, através de Concorrência, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia Estadual onde esta se localiza.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fora elaborado por este DER-RO o anteprojeto relativo ao objeto, juntado aos autos através dos documentos Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim ([0057733849](#)), Memorial Descritivo - OAE ([0057774437](#)), Memória de Quantitativos - OAE ([0057780228](#)), Adendo - Anteprojeto Geométrico ([0057734266](#)), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem ([0057734334](#)), Memorial Descritivo - Terraplanagem ([0057737300](#)), Adendo - Anteprojeto Drenagem ([0057737749](#)), Memorial Descritivo - Drenagem ([0057737362](#)), Adendo - Anteprojeto Sinalização ([0057734699](#)), Memorial Descritivo - Sinalização ([0057737413](#)), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares ([0057734737](#)), Memorial Descritivo - Obras Complementares ([0057737562](#)), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais ([0057737143](#)), Adendo BDI OAE ([0062117064](#)), Adendo BDI Construção Rodoviária ([0062117150](#)), Adendo Administração ponte ([0062120253](#)), Adendo Canteiro de obras utilizado ([0062121444](#)), Adendo Canteiro de obras não utilizado ([0062121556](#)), Adendo Mobilização e Desmobilização ([0062121618](#)), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 ([0062121767](#)), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo ([0062121677](#)), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)), Estudo Hidrológico ([0057972050](#)), Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico ([0057972527](#)), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico ([0057972952](#)) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica ([0057973200](#)), os quais serão divulgados com o edital da licitação.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes neste processo e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

PARÁGRAFO QUARTO - NÃO FORAM elaborados os projetos básico e executivo, sendo tal atribuição de elaboração expressamente responsabilidade da contratada, com os custos deste serviço contemplados na planilha orçamentária elaborada, disponível em Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)). Nessa hipótese, o anteprojeto e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos básico e executivo pela contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

PARÁGRAFO OITAVO - Conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contida no § 7º, do art. 7º, da Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011:

§ 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

Substituída pelo § 1º, do art. 46º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no [§ 3º do art. 18 desta Lei](#).

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

PARÁGRAFO NONO - Portanto, é **vedado o início dos serviços de execução** sem a prévia confecção dos projetos básicos e executivos, devidamente acompanhados de seus respectivos orçamentos, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, com valores de serviços limitados pelas referências oficiais da administração pública, os quais **devem ser previamente aprovados pelo corpo técnico do DER-RO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Projeto Básico de Licitação.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

2. Os serviços necessários inerentes a execução do empreendimento deverão ser realizados “in loco”, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO, cabendo à Empresa contratada arcar com custos de transporte (pessoal, equipamentos e materiais). O Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante do Projeto Básico de Licitação, sendo que ele representa as quantidades de serviços a serem executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesses cronogramas, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - DIÁRIO DE OBRAS:

1. No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

I - Pela CONTRATADA:

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- f) Medições das etapas de obras;
- g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

II - Pela FISCALIZAÇÃO:

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);
- b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;
- c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.
- d) O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

2. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

a) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.

b) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO, AMOSTRAS, CERTIFICAÇÕES, LAUDO OU DOCUMENTO SIMILAR

1. Para a presente contratação, considerando o objeto envolver a elaboração de projetos e execução de ponte em regime de contratação integrada, **não se vislumbra a necessidade de prova de conceito ou apresentação de amostras**, uma vez que se trata de serviço técnico e obra de engenharia civil.
2. Contudo, **será exigida a apresentação de certificações legais pertinentes**, como registro no CREA/CAU, comprovação de acervo técnico compatível com o objeto, conforme descrito no edital e seus anexos.
3. Da mesma forma, **laudos técnicos e estudos específicos** (como sondagens, laudos geotécnicos e memoriais de cálculo) deverão ser apresentados para validação dos projetos e execução das obras, conforme solicitado e disposto no Estudo Técnico Preliminar 54 , na na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambi ([0053799666](#)) e na Nota Técnica 5 - Rodovia ([0057731401](#)).

CLÁUSULA TERCEIRA — DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura, de forma a assegurar a integridade, a performance e a durabilidade dos elementos estruturais e dos materiais empregados no reforço da ponte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de identificação de vício, defeito, incorreção ou da necessidade de manutenção, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de recebimento definitivo do objeto, o contratado será notificado pela contratante e ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura e sem ônus à administração pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contratado terá prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da notificação para se manifestar acerca das providências a serem tomadas em acordo com a contratante.

PARÁGRAFO QUARTO - A presente contratação não conta com assistência técnica devido à natureza do objeto, contando apenas com a garantia contratual de 5 (cinco) anos descrita anteriormente.

CLÁUSULA QUARTA — do instrumento contratual e DOS PRAZOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” **dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se á como expedida no último dia do mesmo prazo.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo previsto para execução total dos serviços será de **270 (duzentos e setenta) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pelo DER-RO, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de vigência do contrato se estenderá por mais **135 (cento e trinta e cinco) dias**, além do prazo de execução, totalizando **405 (quatrocentos e cinco)**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo ordem de paralisação do contrato, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõe o objeto contratual deste instrumento. Portanto, serão expedidas ordens de serviços diferentes para os serviços de elaboração de projetos e para o serviço de execução da obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para a elaboração dos projetos básico e executivo:

1. Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;
2. A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários do projeto, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção do projeto, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.
3. O prazo para elaboração dos projetos básico e executivo será de **90 (noventa) corridos** a partir da emissão ordem de serviço, devendo os projetos serem entregues em sua totalidade até esse prazo. Cabe salientar que após esse prazo de 90 (noventa) dias, o cronograma contempla um período de 30 (trinta) dias corridos para análise. Totaliza-se assim, um período de **120 (cento e vinte) dias** para a elaboração, análise e aprovação dos projetos básico e executivo, conforme Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)).

4. Conforme explicitado no Cronograma referencial de entregas de projeto ([0062361446](#)), ao final dos primeiros 30 (trinta) dias, para fins de entrega do 1º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: estudo hidrológico, estudos topográficos, estudos geotécnicos e sondagens. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.
5. Completados 60 (sessenta) dias, para fins de entrega do 2º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: projeto geométrico, projeto de terraplenagem e componente ambiental. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.
6. Ao final dos 90 (noventa) dias, os demais componentes deverão ser entregues, a saber, o Projeto de OAE, projeto de obras complementares, projeto de drenagem, projeto de sinalização, bem como o orçamento e plano de execução. Ressalta-se que ao final desse período, todos os projetos e estudos deverão estar finalizados e serem entregues a título de projeto executivo.
7. O prazo para correção dos projetos básico e executivo realizada pela contratada será de 15 (quinze) dias corridos a partir da análise dos projetos realizada pela contratante.
8. O prazo para reanálise dos projetos básico e executivo realizada pela contratante será de 10 (dias) úteis a partir da entrega da versão corrigida dos projetos em questão pela contratada.
9. Os projetos básicos e executivos elaborados pela empresa contratada somente deverão ser aprovados pelos responsáveis técnicos pela análise da mesma caso atendam integralmente às premissas e condições de desempenho estabelecidas inicialmente no anteprojeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para a execução da obra:

1. Prazo de início: a execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a execução da obra emitida pelo DER-RO;
2. O prazo para execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço para a execução da obra, devendo a contratada submeter à aprovação do DER/RO a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.
3. Para a execução da obra, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos devidamente aprovados por este DER-RO, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.
4. A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Prazo de verificação de pendências: Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

- a) A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e,
- b) A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

III - Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

IV - Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os aditamentos contratuais somente serão concedidos quando em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021 e nos casos em que o valor acumulado das alterações superar o percentual de 4% (quatro por cento) do valor originalmente contratado. Alterações cujos montantes sejam inferiores a esse limite serão absorvidas pela contratada, considerando-se que tais variações não representam impacto significativo à execução do objeto contratado. Essa medida visa garantir a previsibilidade financeira da contratação, estimular a eficiência na gestão dos recursos e evitar ajustes contratuais de pequeno valor que possam comprometer a celeridade e a economicidade do processo.

PARÁGRAFO QUARTO - A **data-base** da planilha orçamentária estimativa é **SICRO – Mês base abril/2025** e serve como orientação aos **licitantes**. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

PARÁGRAFO QUINTO - Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO SEXTO - O reajustamento dos serviços deve ser realizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024 e suas alterações, bem como de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Quando o reajustamento for solicitado pela contratada, este deve demonstrar o período sobre o qual está solicitando o reajuste e os respectivos cálculos devidos a esta solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO - Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:

1. Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;
2. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

Fórmula de Reajustamento:

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

PARÁGRAFO NONO - Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - **Justifica-se a sua adoção atendendo aos princípios públicos da equidade e do equilíbrio econômico-financeiro frente a condições imprevisíveis e/ou mudanças no cenário econômico que inviabilizem a execução total do objeto.**

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n. 28.874/2024).

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

I - Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:

II - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

III - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

IV - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

V - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, observando o §3º do Art. 96 da Lei Nº 14.133/21, sendo fixado o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

2. Seguro-garantia;

3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- 1.** Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;
- 2.** O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;
- 3.** A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;
- 4.** O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
- 5.** O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste instrumento contratual, do Projeto Básico de Licitação e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.
- 6.** Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
 - b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
 - c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);
 - d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
 - e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO OITAVO - O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

PARÁGRAFO NONO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Em atenção ao Art. 102 da Lei nº 14.133/2021, na presente contratação de obra especial de engenharia, pautado na vantajosidade da contratação, não será adotada a cláusula de retomada da modalidade de seguro-garantia. A cláusula de retomada é mais comum em contratos de obras e serviços de engenharia de grande vulto (Art. 99), definidos pela legislação como aqueles com valores significativos (acima de R\$ 250,9 milhões em nível federal, ou R\$ 50 milhões em alguns estados). Levando em consideração as dificuldades impostas pelas seguradoras e que esta obra não se enquadra dentro dos parâmetros financeiros de obra de grande vulto, a cláusula de retomada não será obrigatória, ficando sob a incumbência da contratada a sua adoção.

cláusula sétima - modelo de gestão do contrato

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO QUARTO - Preposto

1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.
3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO QUINTO - Fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

PARÁGRAFO SEXTO - Do Gestor do Contrato

1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Da Fiscalização de contrato: A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, obedecerá às obrigações descritas Art. 21 e 22 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

PARÁGRAFO OITAVO -Da Fiscalização Técnica/Da Fiscalização Administrativa

1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

PARÁGRAFO NONO - Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais

1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas neste Projeto Básico de Licitação, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

3. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.

4. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

CLAÚSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA extinção DOS CONTRATOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

PARÁGRAFO SEXTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição do Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente a execução realizada, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO ÚNICO - Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

I - Procedimentos de Transição:

a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, **conforme descrito no item VII desta cláusula**, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - Procedimentos de Finalização:

a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal **conforme item V desta cláusula**.

d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na **alínea d) do item II desta cláusula**;

IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na **alínea d) do item II desta cláusula**;

V - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

VI - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal.

CLÁUSULA DÉCIMA — CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/ SERVIÇOS: Serão realizados os recebimentos provisórios tanto dos projetos quanto da execução da obra;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando os serviços/obras contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

PARÁGRAFO OITAVO - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a emissão do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS: Serão realizados os recebimentos definitivos tanto dos projetos quanto da execução da obra;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aceitabilidade da obra/serviços deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta elaboração e execução do projeto de engenharia aprovado, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento as normas e especificações vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços/obras prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços/obras nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.
- i) A Contratada deverá entregar a serviços/obras em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega da obra, consignando-se os motivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à correção de eventuais falhas decorrentes de execuções incorretas;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na fase de recebimento;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - As aprovações dos projetos, bem como da obra, serão realizadas dentro do prazo estabelecido, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado aos serviços/obras entregues e não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 2002);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sempre juízo da aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da

responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DA MEDIÇÃO: Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos (0061643184) e Nota Técnica 5 (0057731401), enquanto os serviços de execução do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), na Nota Técnica 5 (0057731401) e nas peças técnicas referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, além dos documentos necessários a cada medição como nota fiscal assinada pelos fiscais, relatório fotográfico, entre outros, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar 54.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento, a exemplo da terraplenagem pronta necessitar de drenagem superficial para que não haja perda de serviços já executados.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico de Licitação e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS/OBRAS: Os serviços/obras serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação pela fiscalização.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - As medições serão feitas mensalmente, e em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO - O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO - No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO - Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO - Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO - Em ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO - Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO - As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de Cujubim.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO - As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO - Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO - Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras/serviços, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO - Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO - Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente ao serviço de projetos, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

1. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) Nº.....;
2. Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO - Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente à obra, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

1. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
2. Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
3. Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
4. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
5. Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;
6. Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL;
7. O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO - Os demais documentos de caráter administrativo, são estabelecidos em Projeto Básico de Licitação e Edital.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO - A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN (ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S": O Contratado deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro e a Curva “S”.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO - Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

1. Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação de acordo com a Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
2. Detalhar as atividades, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
3. Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.
4. Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO - O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO - Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO - Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO - O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO - O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO - Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO - Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO - A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá ser construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (____) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados do ano de 202____, na U.O 11025, Fontes de Recurso 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103, Programa de Trabalho 26.782.2106.1515, natureza de despesa 44.90.51, provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em consonância com o Art. 190 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, o pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, em conformidade com a Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

PARÁGRAFO QUARTO - A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

PARÁGRAFO QUINTO - Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços e emitido o atestado de conformidade. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

PARÁGRAFO SEXTO - Será observado o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

PARÁGRAFO OITAVO - Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

PARÁGRAFO NONO - O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = $(TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos neste Projeto Básico de Licitação e no respectivo cronograma.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto da licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

PARÁGRAFO QUARTO - Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

PARÁGRAFO QUINTO - A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEXTO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO OITAVO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO NONO - Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do edital de licitação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO QUARTO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

PARÁGRAFO QUINTO - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Projeto Básico de Licitação e Anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

PARÁGRAFO SEXTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

PARÁGRAFO OITAVO - Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO NONO - Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, Sempre que solicitado pela Administração, no prazo 20 (vinte) dias consecutivos, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento **no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar de sua notificação para essas finalidades;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Projeto Básico de Licitação, em plena validade.

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de _____, DECLARO, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de _____ de 20____, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO TERCEIRO - De acordo com o Artigo 156 da Lei n. 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei n. 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

PARÁGRAFO QUINTO - Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

PARÁGRAFO SEXTO - Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

PARÁGRAFO SÉTIMO - A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Projeto Básico de Licitação e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

PARÁGRAFO OITAVO - A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

PARÁGRAFO NONO - As multas previstas nesta Cláusula não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			

07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico de Licitação e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e § 5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **Parágrafo Segundo desta cláusula**, a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - dos critérios DE SUSTENTABILIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os critérios de sustentabilidade que a CONTRATADA deverá obedecer são os dispostos abaixo, de acordo com o Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 e com o Art. 45 da Lei n. 14.133/21, os quais estabelecem:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deve ser observado que os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

PARÁGRAFO QUARTO - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente e à Contratante, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

PARÁGRAFO SEXTO - Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

PARÁGRAFO OITAVO - A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

PARÁGRAFO NONO - Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

PARÁGRAFO DÉCIMO - A execução de uma ponte mista em aço e concreto pode envolver diversos riscos e impactos ambientais em diferentes fases até a entrega final da obra. A Tabela, a seguir, apresenta alguns desses possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras:

Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação
Extração e Produção de Materiais	Extração de minerais para produção de concreto e minério de ferro para produção de aço pode causar degradação do solo e impactos na biodiversidade	Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis de extração, utilizar materiais reciclados sempre que possível e promover a responsabilidade ambiental na cadeia de suprimentos
Transporte de Materiais	Emissões de gases de efeito estufa e poluição atmosférica durante o transporte de materiais e equipamentos, especialmente se forem realizados em longas distâncias	Utilizar transporte eficiente em termos de energia e priorizar fornecedores locais para reduzir as distâncias de transporte
Construção e Montagem	Geração de resíduos de construção, impacto no solo devido a movimentações de terra e utilização intensiva de recursos durante a fase de construção	Implementar práticas de construção sustentáveis, como a gestão eficiente de resíduos, reciclagem de materiais de construção quando possível e adoção de técnicas que minimizem a perturbação do solo.
Uso de Energia e Emissões durante a Construção	Consumo significativo de energia durante a construção e emissões associadas	Implementar práticas construtivas eficientes em termos de energia, incorporar fontes de energia renovável sempre que possível e compensar emissões de carbono
Ruído e Perturbação à Fauna	Ruído excessivo e perturbação ao habitat natural, afetando a fauna local.	Programar atividades ruidosas durante períodos específicos do dia e adotar medidas para proteção de habitats críticos e espécies vulneráveis.

Descarte de Resíduos de Construção	de Descarte inadequado de resíduos de construção, contribuindo para a poluição e degradação ambiental.	Implementar sistemas de gestão de resíduos eficientes, reciclar materiais sempre que possível e seguir regulamentações locais para o descarte adequado
Desafios de Reabilitação Ambiental	Necessidade de reabilitação ambiental após a conclusão da construção	Desenvolver e implementar planos de reabilitação ambiental que incluam a restauração de áreas impactadas e a promoção da biodiversidade

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.
2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.
3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.
4. Todas as medidas propostas deverão constar no Plano de Gestão Ambiental da obra, elaborado pela empresa executora e acompanhado pela fiscalização do contratante.
5. Em caso de necessidade de supressão de vegetação não prevista, deverão ser adotadas medidas compensatórias, como plantio de mudas nativas ou outra ação ambiental, conforme orientação dos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA sÉTIMA - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços referentes às obras de arte nas rodovias estaduais, bem como todo o trâmite relativo à supressão vegetal, se necessário, serão de responsabilidade do DER/RO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Processo em questão possui a Licença Ambiental Prévia n. 158660 ([0057650361](#)), estando sendo realizados os trâmites processuais para emissão das demais peças ambientais necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ressalta-se que quando da necessidade de Emissão da Licença Ambiental de Instalação e da Licença Ambiental de Operação, fica a cargo do órgão contratante proceder com os trâmites processuais atinente, ficando a cargo da contratada a emissão dos projetos e documentações necessárias à obtenção do Licenciamento Ambiental e ao atendimentos das condicionantes apontadas pelo órgão emissor das licenças.

PARÁGRAFO QUARTO - Ressalta-se que de acordo com a Lei n. 9.605 de 1998 ([0042809689](#)), que "*Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*", é terminantemente proibido o início da etapa de construção sem que tenha sido emitida a Licença de Instalação ou Autorização dos Órgãos ambientais competentes, conforme abaixo:

Art. 60. **Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar**, em qualquer parte do território nacional, **estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO dos órgãos ambientais competentes**, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

PARÁGRAFO QUINTO - Os autos de infrações e as sanções administrativas ao meio ambiente também estão embasados no Decreto n. 6.514 de 2008 ([0042809600](#)), conforme disposto no Art. 2º, "*considera infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente*", sendo que na Seção III do capítulo I elucida sobre todas as Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente.

PARÁGRAFO SEXTO - A empresa vencedora providenciará o Licenciamento Ambiental junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Mineral – DDTM ou qualquer Título Mineral cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas (áreas de empréstimos) a serem utilizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DESAPROPRIAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não há a previsão de desapropriação na área indicada para construção da ponte, por se tratar da atuação em área já existente. Entretanto, a Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

PARÁGRAFO QUARTO - A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.

PARÁGRAFO QUINTO - A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada.

PARÁGRAFO SEXTO - Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes

PARÁGRAFO SÉTIMO - O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei n. 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

PARÁGRAFO SEGUNDO - A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente

o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

1. É vedada a subcontratação total;
2. É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei n. 14.133/2021.
3. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.
4. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

PARÁGRAFO QUARTO - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

PARÁGRAFO QUINTO - Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

PARÁGRAFO SEXTO - Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

PARÁGRAFO OITAVO - O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, **limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado**, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

PARÁGRAFO NONO - Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU -Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei n. 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto n. 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 ([0062316996](#)):

I - Elaboração de projeto (podendo ser subcontratados os itens referentes a ensaios, estudos técnicos e projetos);

II - Drenagem Superficial;

III - Encabeçamentos;

IV - Sinalizações;

V - Obras Complementares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MATRIZ DE RISCO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas no Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos ([0056426324](#));

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos apresentadas em Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos, tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Matriz de Risco disposta no item 23 do Estudo Técnico Preliminar 54 ([0062452105](#)), segue transcrita no quadro abaixo:

Matriz de alocação de Riscos

FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de projetistas especializados na elaboração	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante

	projetos de pontes mistas.			
	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido a alterações no contrato solicitadas pela Administração.	Necessidade de renegociar termos contratuais.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário, no que diz respeito aos termos contratuais.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas.	Atraso na entrega do projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento elaboração projeto.	Atrasos na entrega do projeto.	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de	Contratante/Contratada

			projetos eficientes	
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na elaboração do projeto	Erros na elaboração e na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no anteprojeto ou projeto básico de engenharia.	O projeto básico e/ou executivo elaborado pelo contratado não é aprovado pela administração ou por outros órgãos licenciadores. Necessidade de refazer o projeto. Aumento de custos. Atraso no cronograma.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de supervisora. Estabelecimento de requisitos de habilitação de licitantes adequados. Celebração de termos de aditamento contratual, nos regimes de empreitada.	Contratada
	Inadequação para dos na provimento serviços qualidade, quantidade e custo	Alteração dos custos de implantação e inadequação dos serviços.	Responsabilidade da solução de engenharia do contratado. Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos. Contratação de seguro performance. Fornecimento dos elementos de projeto. Remuneração de risco.	Contratada
	Atraso na elaboração dos projetos básicos	Atraso na execução do objeto contratual.	Exigência de garantia	Contratada

	e/ou executivo, gerando custos adicionais.		contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	
	Não aprovação dos projetos pelo contratante.	Atraso na execução do objeto contratual. Custos adicionais com o refazimento dos projetos.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato	Contratada

FASE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de construtoras especializadas na construção de pontes mistas.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na execução, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato.	Necessidade de reajustamento Contratual.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário. Verificar se houve atrasos/paralisações e os responsáveis.	Contratante/Contratada. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.

	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos Geotécnicos	Mudanças na seção transversal do rio	Mudança no escopo da mesoestrutura do projeto e/ou fundações; necessidade de escavações.	Realizar estudos topobatimétricos detalhados no eixo da construção da ponte. No entanto, vale ressaltar que este é um caso excepcional, sendo, em geral, impossível sua previsão em virtude da natureza do serviço, portanto, nestes casos deve ser realizado um trabalho em conjunto visando a melhor solução a ser adotada.	Contratante/Contratada
	Problemas correlatos ao solo, tais como a variabilidade destes de acordo com sua extensão e profundidade.	Mudança no escopo, no volume e na profundidade de assentamento da fundação, podendo ser necessária quantidade maior de materiais, de tratamentos	Realizar estudos geotécnicos anteriormente ao início da obra no local de implantação das fundações sempre que possível. No entanto, tendo em	Contratada

		especiais com maior consumo de aço e/ou concreto e/ou, ainda, mudança na técnica de construção prevista, bem como no volume de escavação. Possíveis alterações nos custos.	vista ser uma situação cuja verificação só é possível durante a execução, se faz necessário realizar a adequação do escopo e de quantitativos de acordo com a demanda observada in loco durante a execução desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra.	
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
Riscos Ambientais	Mudanças nos regulamentos ambientais como atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Descobertas arqueológicas ou outras interferências relacionadas com patrimônio cultural	Paralisação da obra, Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Acionar as entidades competentes, seguir as diretrizes indicadas por estas, as quais o caso requer. Se necessário, realizar a readequação do	Contratante/Contratada

			projeto visando o menor impacto possível.	
	Embargo em caso de irregularidade de passagem de fauna inferior e/ou superior	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Caso não tenha sido previsto em projeto, deve ser realizada a verificação in loco no início da obra acerca das condições de necessidade ambiental da implantação de passagem de fauna.	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido movimentações de terra	Erosões, recalques, adensamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada
Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação do trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores,	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada

	logística inadequada, entre outros motivos.			
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do produto final com riscos estruturais e/ou custos adicionais para substituição.	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares; Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de penalidades contratuais.	Contratada
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais ou armazenamento inadequado durante o transporte.	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade da utilização do material.	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir condições adequadas de armazenamento durante o transporte.	Contratante
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada

	não atendimento à diretrizes existentes.			
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos referidos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras, cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
Riscos Executivos	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de	Contratada

			execução conforme cronograma físico-financeiro.	
	Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo.	Atraso no cronograma; o aumento de prazo de execução.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratante/Contratada
	Variação de volume de material de limpeza, com adicional de carga, transporte e disposição	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.	Contratante/Contratada
	Refazimento de serviços concluídos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio.	Contratante/Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante

	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções e Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada
	Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços devido à Metodologia de avaliação e quantificação ser subjetiva ou não proporcionar mecanismo para quantificar a demanda ou por execução incompleta	Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade	Contratante/Contratada

	dos serviços por parte da empresa.		com o Cronograma de Desembolso da obra.	
	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	Contratante/Contratada
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca	Contratada

			do capital da Licitante.	
	Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de viaturas para a locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade de empenho para viagens.	Contratante
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de iniciar a obra/serviço devido a falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada

	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para o atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual; Postergação do início da obra; Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de	Contratada

			sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	
	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior como epidemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Contratante/Contratada
	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu acompanhamento.	Contratante/Contratada
	Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Projeto Básico de engenharia, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada

	equipamentos não estarem devidamente calibrados.			
	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
	Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada durante a fase de projeto.	Alterações no cronograma. Necessidade de alteração de quantitativos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, bem como em caso positivo prosseguir com as alterações necessárias, em caso negativo, não aprová-las.	Contratante
	Mudança de traçado	Risco de não haver liberação para o contratado iniciar o empreendimento. Risco de não obter desocupação de áreas invadidas ou já desapropriadas. Mudança de prazo, mudança de custo e mudança de traçado	Realizar o levantamento das áreas, o cadastro e avaliação; Adequação de cronograma; Estimar o custo da desapropriação e relocação, incluindo indenizações.	Contratante/Contratada
	Mudança de origem de material, ou acréscimo do número de fontes devido ao esgotamento ou impossibilidade de utilizar jazidas; Indisponibilidade ou	Necessidade de encontrar e realizar trâmites necessários para a utilização de novas jazidas bem como de demais fornecedores.	Conferir situações e capacidades das jazidas previstas em projetos previamente ao início da obra; Conferir	Contratante/Contratada

	baixa disponibilidade do material na região indicada para compra;	Atrasos cronograma.	no	disponibilidade de materiais nas regiões indicadas para compra; Buscar alternativas para a aquisição dos materiais necessários visando a garantia do custo-benefício.	
	Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retaludamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto	Alterações cronograma. Necessidade de alterações quantitativos, bem como de prazo.	no	Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante
	Danos às propriedades vizinhas da obra devido à recalques do solo ou vibração excessiva.	Aumento do custo de execução. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.		Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.	Contratada
	Impossibilidade de trânsito durante a execução da obra devido ao trânsito de máquinas pesadas, trabalhadores,	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário e perda de produtividade, necessidade da execução de desvios,		Propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais durante a fase de	Contratada

	desenvolvimento de atividades pontuais, dentre outros.	Necessidade de aditivos de prazo.	de projeto. Durante a fase de execução da obra, prover rotas de acesso provisórias as quais possuam a menor adição de distância possível, garantindo ainda, as condições de trafegabilidade e conforto da via.	
	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante
	Necessidade de remanejamento de Linhas de energia, redes de telecomunicações, saneamento e demais interferências tanto de projeto, quanto executivas, em todas as áreas da obra, inclusive áreas de apoio, além daquelas claramente previstas no Edital, seus anexos e nos critérios de pagamento - desde que mantido o traçado previsto no anteprojeto.	Paralisação da obra; Possível necessidade de aditivos de prazos.	Alterar sequência construtiva devido à reprogramação dos remanejamentos de redes de interferências.	Contratante/Contratada

PARÁGRAFO QUARTO - A matriz de riscos é parte integrante deste contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório, que constituem riscos a serem

suportados pelo contratante, riscos a serem suportados pelo contratado e os riscos a serem compartilhados pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A publicação do presente Termo de Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — DAS CONDIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei n. 14.133/21).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei n. 14.133/21).

PARÁGRAFO QUARTO - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei n. 14.133/21).

PARÁGRAFO QUINTO - Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do objeto fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

PARÁGRAFO OITAVO - Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes de execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls... à ..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de Nº..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – PGE-DER/RO.**

TITULAR DA CONTRATANTE

TITULAR DA CONTRATADA

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS
OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

A empresa _____ (NOME), com sede na _____ (endereço da
licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério
da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ____ (número do CNPJ), declara que caso logre êxito na
licitação nº ____ (número da licitação), contratará, em cada contrato firmado, o percentual de
pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o
cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei
Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas
privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme
disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração
emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

_____ (Local), _____ de _____ de _____.

Representante legal

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO
OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

Objeto: _____

O (a) _____, órgão responsável pela
intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de _____, em
atenção ao Decreto XXXXXXXX, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade,
em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes
serviços:

Serviço (s): _____ (Objeto da Licitação):

Ordem	Nome Completo	CPF	Profissão/Qualificação	Previsão de Término da Pena
1				____/____/____
2				____/____/____
3				____/____/____
...				

ANEXO XV

MATRIZ DE RISCO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)